

Guia do Núcleo Museológico de Arqueologia

EXPOSIÇÃO “O PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO DE ALCOUTIM”



MUNICÍPIO DE ALCOUTIM / CÂMARA MUNICIPAL

Guia do Núcleo Museológico de Arqueologia

EXPOSIÇÃO

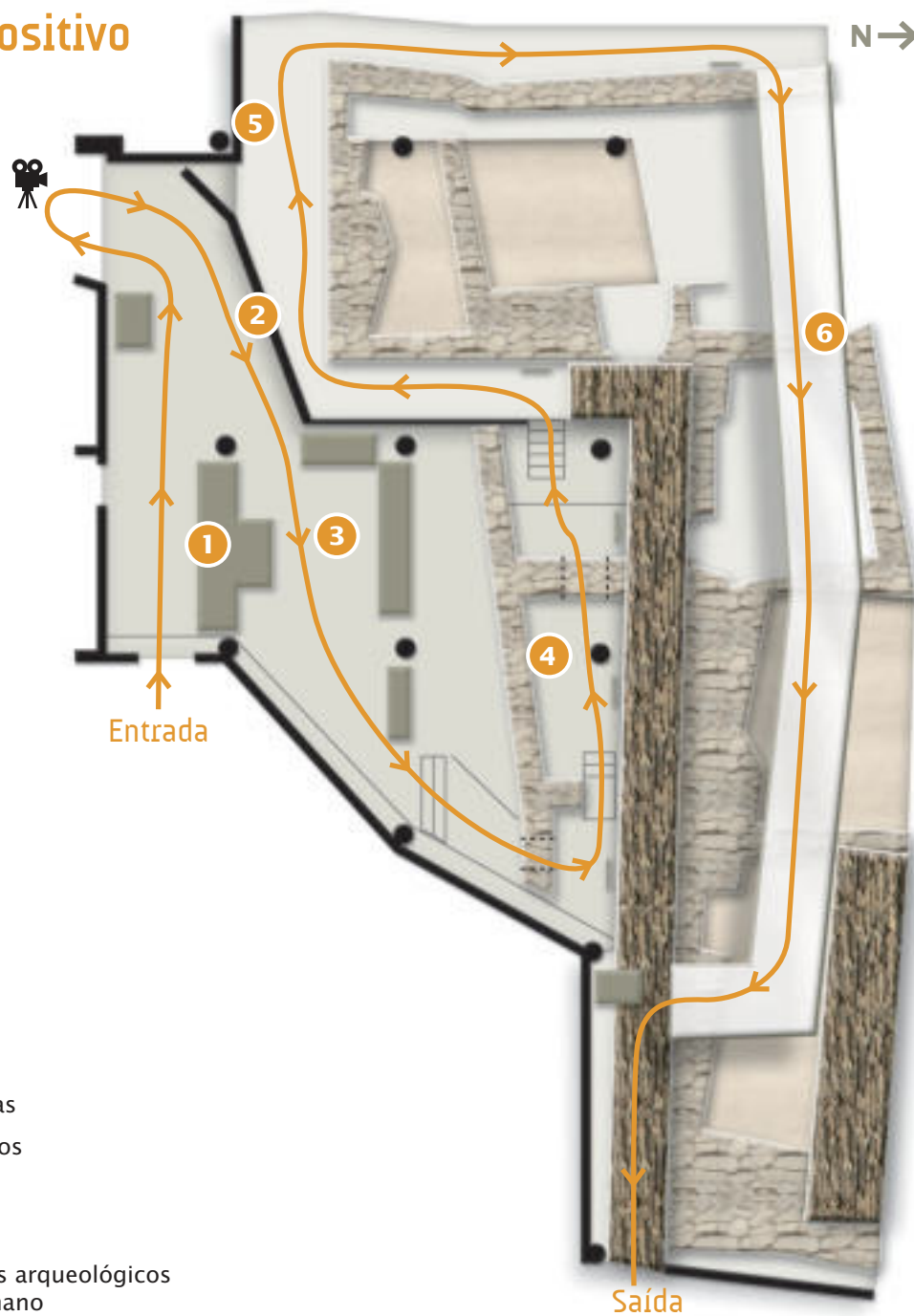
O PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO DE ALCOUTIM

2011





Percurso Expositivo



LEGENDA:

- 1 - Materiais dispersos
- 2 - Estações arqueológicas
- 3 - Materiais arqueológicos
- 4 - Ruínas do castelo
- 5 - Historial do castelo
- 6 - Dez anos de trabalhos arqueológicos
- do Neolítico ao Romano

O Património Arqueológico de Alcoutim

A **conceção da exposição** do Núcleo de Arqueologia de Alcoutim tem como fio condutor um percurso histórico que se iniciou há mais de 5000 anos.

Locais e objetos impregnados de uma memória milenar procuram transmitir culturas e saberes que, num passado mais ou menos longínquo, se cruzaram no território que hoje é Alcoutim.

A estrutura, desta amostra do potencial arqueológico que o concelho encerra, teve como base a opção de períodos históricos relevantes na investigação arqueológica efetuada nas últimas décadas em Alcoutim.

Os projetos de valorização do património arqueológico visitáveis, Menires do Lavajo e Vila Romana do Montinho das Laranjeiras, são um complemento a esta exposição e contribuem como uma mais-valia na sensibilização e na promoção do património cultural, permitindo simultaneamente afirmar-se como uma estratégia de sucesso na diversificação de produtos turísticos.

1. MATERIAIS DISPERSOS

O conjunto de objetos pétreos apresentados é fruto de achados ocasionais ou de ações de prospeção. Embora a informação científica destes objetos não possa ser tão precisa como a de contextos de escavação, as pistas que nos deixam ajudam-nos a compreender o mundo a que pertenceram.

Quando no Neolítico o homem se tornou sedentário e começou a produzir alimentos, sentiu necessidade de possuir objetos que o auxiliassem nessa produção.

As mós neolíticas e calcolíticas, através da ação de um movente (assim designado por ser o objeto que se move sobre uma superfície fixa - o dormente) trituravam os cereais sobre uma superfície de pedra, que após algum uso apresenta os respectivos sinais de desgaste.

No Calcolítico, após uma evolução tipológica, servem igualmente para triturar o metal.



A. Movente

Grauvaque
Neolítico
Lavajo – Alcoutim
Prospecções da Doutora Helena Catarino
N.º Inventário: NMA.68



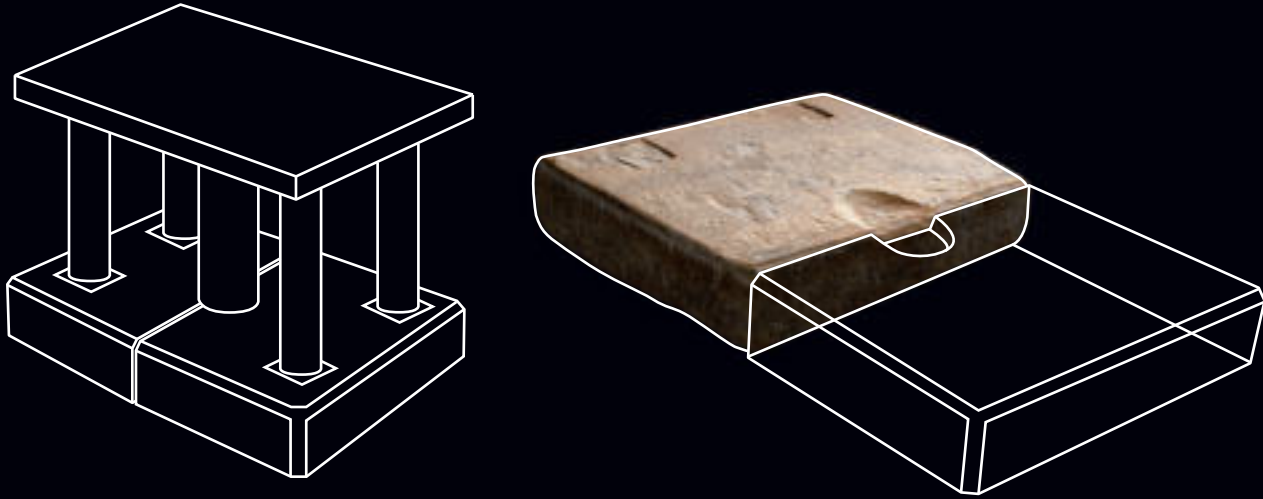
B. Mó

Grauvaque
Neolítico
Laborato – Martim Longo
Achado ocasional
N.º Inventário: NMA.67



C. Mó

Grauvaque
Calcolítico
Cerro do Castelo - Mestras – Martim Longo
Achado ocasional
N.º Inventário: NMA.66



Reconstituição provável do altar paleocristão

A decoração arquitetónica inserida em monumentos civis ou religiosos é um elemento importante e orientador da investigação e estudo, quer da Antiguidade Tardia, quer dos inícios da Idade Média.

A datação dos vestígios arquitetónicos tardo-romanos e da época visigótica apresenta por vezes algumas dificuldades de atribuição cronológica, o que levou a que alguns vestígios apresentassem datas diferentes no estudo de investigadores.

Em contexto religioso, estas peças arquitetónicas surgem inseridas no movimento de cristianização do território português que, sem dúvida, se iniciou durante o Baixo Império Romano, mas que se consolidou durante a presença visigótica.

A arte que está ligada à ideologia cristã, mais como fenómeno cultural do que de domínio político, é assim designada num sentido abrangente por Arte Paleocristã.



D. Pedra de altar

Mármore

Visigótico – séc. VI/VII (?)

Vale de Condes – Alcoutim

Doação de Maria Luísa P. Martins Rodrigues
(Vila Real de Santo António)

N.º Inventário: NMA.41



E. Base de coluna

Calcário
Romana
Álamo – Alcoutim
Achado ocasional
N.º Inventário: NMA.61



Constituição de uma coluna:

1. Capitel
2. Fuste
3. Base



F. Colunelo

Mármore
Visigótico – séc. VI/VII
Montinho das Laranjeiras – Alcoutim
Doação de Lucinda Maria Feliciano
(Laranjeiras)
N.º Inventário: NMA.64



G. Fuste de coluna

Mármore
Visigótico – séc. VI/VII
Vale de Condes – Alcoutim
Recolha da Doutora Helena Catarino,
durante a abertura da E. M. 507.
N.º Inventário: NMA.63



H. Base de coluna

Mármore
Visigótico – séc. VI/ VII
Clarines – Giões
Recolha da Doutora Helena Catarino,
durante as obras de restauro da ermida.
N.º Inventário: NMA.65



H. Ara votiva

(coleção do MNA
– Inv. 994.14.1)

Mármore

Romano – 2.ª met. séc. II

Cortes Pereiras



Desenho realizado em maio de 1878 por J.F. Tavares Bello

Ara romana, com inscrição funerária votiva, consagrada aos deuses Manes. Foi encontrada por Estácio da Veiga em 1877, na Ermida de S. Martinho, junto da localidade das Cortes Pereiras. Encontrava-se junto da parede leste, a parte superior enterrada e a face com inscrição virada para a parede, estando a base a servir de mesa, facto interessante, pois, como lugar de culto, poderia servir para a sua função original: a de altar. Estes altares eram consagrados a uma divindade e seriam encarados como um local de culto.

Na cornija identifica-se um plinto que teve toros, o frontão é arredondado e a base possui um lintel curto ao qual se segue uma moldura de garganta reversa.

O campo epigráfico, que possui forma retangular, distribui-se por seis linhas ao longo da parte anterior do fuste. Encontra-se delimitado por um sulco que desapareceu no lado esquerdo. Nele apresenta-se a seguinte inscrição:

D (is) M (anibus) S (acrum) | L (ucii) ANNII P(ulii) F(ili) | BINI AN/NORVM | LXXXV
(octoginta quinque) | H (ic) S (iti) S (unt).

«Consagrado aos deuses Manes. Aqui jazem os dois Lúcius Ânios, filhos de Públio, de oitenta e cinco anos.» (in *Encarnação*, 1984)

A face lateral direita está decorada com uma «pátera», com cabo baixo, e na esquerda encontramos um jarro com asa do lado direito.

Estes dois elementos decorativos estão associados ao rito da purificação. O jarro continha vinho que seria derramado no «prato» destinado às libações, ou água, para as abluções rituais.

2. ESTAÇÕES ARQUEOLÓGICAS

O megalitismo

O megalitismo é um fenómeno difundido em toda a Europa Atlântica a partir do V milénio a.C. Em Portugal, parece cada vez mais ter ocorrido entre o IV e os inícios da primeira metade do III milénio. A mudança estrutural que assinala a passagem das sociedades de recoletores especializados, para as sociedades camponesas, exprime pela primeira vez a necessidade de essas comunidades humanas ordenarem o seu espaço em termos físicos e simbólicos.

As primeiras manifestações deste processo de reorganização social, evidenciando a vitalidade e a individualização das culturas locais, afirmam-se pela construção de espaços monumentais sagrados (culturais ou funerários) feitos com grandes blocos de pedra e, por isso, chamados de «megalíticos».

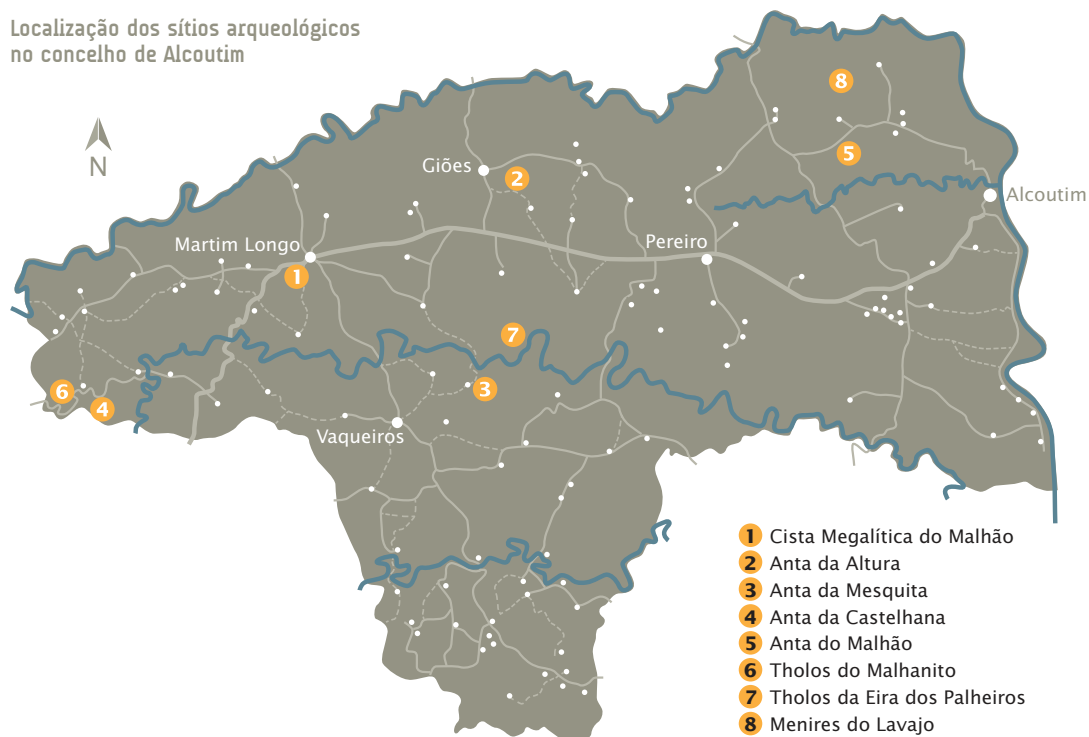
As marcas que incutem na paisagem são uma expressão coletiva de apropriação e demarcação de territórios, obtida através de túmulos funerários e grandes símbolos fálicos, os menires, que se destacam na área onde se inserem.

Estas expressões arquitetónicas, sobretudo representadas, de norte a sul do país, por antas e menires, estão intimamente ligadas à perceção que esses homens tinham da importância que os ciclos temporais e astrais possuíam no quotidiano humano, incluindo a vertente funerária. Tal facto terá de alguma forma motivado estas comunidades agropastoris ao recurso a ritos e práticas mágico-religiosas.

Essas manifestações eram corporizadas por menires, isolados ou em grupo, utilizando-se as antas para finalidades funerárias, mais tarde substituídas por um outro tipo de monumentos, designados por «tholoi».

Em Alcoutim, encontramos um conjunto representativo da diversidade deste fenómeno que, até ao momento, é constituído por 1 cista megalítica, 4 antas (uma destruída), 2 tholoi e 2 alinhamentos de menires.

Localização dos sítios arqueológicos
no concelho de Alcoutim



O exemplo do Menir do Lavajo

O Menir do Lavajo está situado cerca de 1,5 km a nordeste da povoação de Afonso Vicente, no alto de um pequeno outeiro com 155 m de altitude, orientado de N-S, entre o vale do Lavajo e o Barranco do Lavajo, na freguesia de Alcoutim.

Foi tornado público em 1992 por Mário Varela Gomes, João Luís Cardoso e António do Nascimento Joaquim.

Em 1998, o Doutor João Luís Cardoso dirigiu uma escavação que possibilitou a identificação de mais dois menires, infelizmente muito fragmentados, e atribuiu este conjunto ao Neolítico.

Edificado na segunda metade do IV milénio (3500 a.C.), este monólito, talhado num bloco de grauvaque, com secção elipsoidal, mede 3,14 m de altura, sendo assim o maior menir de grauvaque conhecido até hoje em Portugal.

Apresenta uma rica e diversificada decoração, conjugando as características fossetes (covichas), dispostas ao longo de um sulco longitudinal, com círculos e outros elementos.



Pormenor da decoração do menir



Grande menir do Lavajo I



I. Fragmento de menir

Grauvaque

2.ª metade do IV milénio a.C.

Lavajo

N.º Inventário: NMA.69

O Período Romano

O domínio romano no atual território português foi longo e deixou profundas marcas nas práticas culturais das populações locais.

Em Alcoutim, que no período romano pertencia à província da Lusitânia, é frequente encontrar vestígios da presença deste domínio um pouco por todo o concelho.

É, no entanto, ao longo da faixa fluvial que as marcas se intensificam, sem dúvida ligadas a um fator primordial: o rio Guadiana.

Importante via de comunicação, o rio servia simultaneamente como meio de penetração no interior e de escoamento de produtos para o mundo mediterrânico. O cobre existente nesta região, por exemplo, pôde assim chegar a paragens muito distantes da sua origem.

Os terrenos situados junto da margem do Guadiana são ainda hoje os mais ricos para a agricultura. Esta característica terá levado à fixação de algumas unidades básicas de produção, as *villae* romanas.

As *villae* eram residências rurais, onde vivia o seu proprietário, dono de um latifúndio ou média propriedade. Cada herdade era um mundo autossuficiente, constituindo por vezes grandes complexos habitacionais de múltiplas estruturas e funções. Poderiam incluir as termas para banhos, o conjunto de habitações dos trabalhadores rurais (com o seu modesto estabelecimento de banhos) e ainda todos os equipamentos necessários ao funcionamento da exploração, como lagares, olarias, tecelagens, forjas, estábulos, etc. Ao lado do amo, decorria ainda a vida da família rústica, composta por homens livres e escravos, que asseguravam os trabalhos dos campos e os domésticos, a produção de gado e os serviços artesanais.

O exemplo da *Villa* Romana do Montinho das Laranjeiras

Situa-se junto à atual estrada municipal n.º 507, que segue junto ao rio Guadiana, cerca de 9 km a sul de Alcoutim.

As ruínas desta *Villa* Romana ficaram a ser conhecidas após a grande cheia do Guadiana, no ano de 1876.

Cumprindo ordens do Governo, o arqueólogo Estácio da Veiga realizou a escavação do local no ano de 1877, tendo identificado estruturas de habitações muito rústicas, um edifício cruciforme com enterramentos no interior e também uma pequena piscina

aberta num pavimento revestido a mosaico ornamentado de peixes, que se encontra atualmente no Museu Nacional de Arqueologia. Acharam-se ainda objetos cerâmicos em terra *sigillata* e barro, pesos de rede, fragmentos de vidro, objetos de metal e de osso.

Posteriormente, caiu uma vez mais no esquecimento. O que restou desta *Villa Romana*, com o passar do tempo e o abandono, voltou a ficar coberto, o que contribuiu para a sua inevitável destruição. Esta situação manteve-se até que, em 1990, o Doutor Justino Maciel sentiu necessidade de realizar um novo estudo do edifício cruciforme, tendo dado início a outra escavação.

Confirmou que o edifício cruciforme era, afinal, uma igreja construída nos finais do século VI, princípios do século VII.

A *ecclesia*, tendo sido sujeita a duas fases de construção, possuía um *baptisterium*, ainda visível no século XIX.

A partir da análise dos objetos encontrados, o responsável pelas escavações concluiu que a *Villa Romana* do Montinho da Laranjeiras teve uma ocupação desde o século I a.C. até ao século XI/XII d.C.

O Período Islâmico

Em 711, dá-se a invasão árabe, seguida da conquista da Península, levada a efeito pelos Muçulmanos com facilidade e rapidez, não tendo estes encontrado grande resistência por parte do reino visigótico, bastante fragilizado politicamente e sem capacidade para travar o seu progresso.

Nos 500 anos que se seguiram, vários foram os testemunhos deixados pela presença árabe. Os trabalhos arqueológicos em curso no sul de Portugal têm, nas últimas décadas, ajudado a conhecer a riqueza desta herança, presente em toda a cultura portuguesa.

O Exemplo do Castelo Velho

* Texto de Helena Catarino. (nota de rodapé: Arqueóloga responsável pelas campanhas arqueológicas realizadas desde 1985)

O Castelo Velho situa-se num cabeço de posição dominante sobre o rio Guadiana, a cerca de 1 km para norte da vila. O acesso faz-se a partir de Alcoutim, tomando a

estrada para Cortes Pereiras e infletindo à direita, para a Estalagem e Pousada da Juventude. A partir daí, segue-se o caminho de terra batida que sobe até às proximidades do castelo.

Esta fortificação foi construída no período islâmico. Depois da conquista de Al-Andalus, a ocupação muçulmana do atual Algarve foi acompanhada de um reordenamento do território que levou à edificação de uma rede de pequenos castelos regionais, controladores do povoamento, das atividades económicas e das principais vias de comunicação, neste caso o curso fluvial do Guadiana.

De momento, os trabalhos arqueológicos, iniciados em 1985 e ainda em curso de investigação, revelaram um conjunto de muralhas e de edifícios habitacionais, com ocupação desde o século IX (período emiral) até ao século XI. O abandono definitivo, aparentemente precipitado, deverá ter ocorrido nos finais do período dos reinos de taifas ou, eventualmente, nos inícios do período almorávida (séculos XI/XII), sendo ausentes, no estado atual da investigação, os vestígios de época almóada (séculos XII/XIII).

O conjunto amuralhado inclui, no cimo do cabeço, uma fortificação ou reduto superior e, pelo menos, uma segunda linha de muralhas. A construção é de aparelho grosseiro, de pedra seca (xisto e grauvaque) argamassada com terra e rebocos de cal. O fortim superior tem planta retangular, com 34 m por 22 m de lado. Possui torres maciças adossadas às muralhas, de planta quadrada e retangular. O acesso fazia-se por duas portas: uma, simples e estreita, virada sensivelmente a norte; e outra, a nascente, à qual se acrescentou, no século XI, uma torre que protegia a entrada, em cotovelo. No exterior, a meia encosta, é visível, em parte, a segunda linha de muralhas, também com torres, e um conjunto de edifícios, em fase de escavação.

Até ao momento, as escavações efetuadas no interior do fortim superior revelaram uma cisterna, uma latrina, ruas e um conjunto de habitações. Da primeira fase de ocupação, a que se atribui cronologia emiral/califal (séculos IX/X), restam apenas alguns alinhamentos de paredes, pertencentes a casas afastadas da muralha. Numa segunda fase, já durante o califado omíada (séculos X/XI), verificou-se uma remodelação dos edifícios, agora adossados às muralhas, e acrescentou-se, durante o século XI, uma torre a proteger a porta principal e um edifício central retangular, que ocupa o espaço que teria sido o anterior pátio de armas.

Os materiais arqueológicos recolhidos durante as escavações pertencem, em maioria, a recipientes de cerâmica. Mas também se encontraram vários artefactos de metal, nomeadamente, pontas de lança, de ferro, localizadas principalmente num pequeno compartimento anexo à porta principal, virada a nascente. As cerâmicas dividem-se em

peças de uso culinário (panelas, caçoilas, púcaros...), para serviço de mesa (pratos, tigelas, pequenas bilhas vidradas...), para armazenamento de água e de comida (cântaros, bilhas e potes) e para iluminação (candeias).

Parte dos materiais foram recolhidos em cozinhas, junto de lareiras, onde também se encontraram restos alimentares, que indicam consumo de peixe, em parte seguramente pescado no Guadiana, e de carne (coelhos, aves, ovicaprinos, bovinos), estando ausentes ossos de porco e javali, o que reforça a ideia de que a população que aí habitou praticou a religião muçulmana.

Este castelo seria o centro de um pequeno território rural e mineiro. Pelas suas características defensivas, o fortim superior deverá ter correspondido a um pequeno alcácer, habitado por uma elite militar, possivelmente de origem berbere. A partir do topónimo Alcoutim, podemos colocar a hipótese de aí terem vivido elementos do grupo Kutama, ramo da tribo dos Baranis, também presente em outras regiões de Al-Andalus, nomeadamente na região valenciana, onde estaria a povoação de al-Kuwàtim mencionada por Edrici. Apesar do abandono do Castelo Velho e da fundação da nova vila, após a reconquista cristã, a memória da presença dessas populações berberes ficaria registada no topónimo Alcoutim.

3. MATERIAIS ARQUEOLÓGICOS

Peças da vitrina n.º 1 – Montinho das Laranjeiras

A – Aspetos do quotidiano: as ocupações domésticas femininas, as atividades masculinas e os jogos.



1. Tesoura

Ferro
Islâmico
Med. 25,2 x 3,8 x 2,3 cm
N.º Inventário: NMA.161



2. Agulha

Bronze
Romano
Med. 13 x 0,6 cm
N.º Inventário: NMA.88



3. Agulha

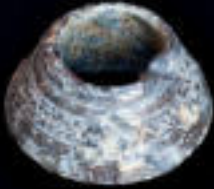
(coleção do MNA – Inv. 983.296.18)
Bronze
Romano
Med. 12 x 0,3 cm



4. Fragmento de agulha

(coleção do MNA – Inv. 15156)
Osso
Romano (?)
Med. 5,4 x 0,5 cm

A costura era uma das atividades femininas mais comuns no quotidiano doméstico. Para além das agulhas, são vários os objetos utilizados na confeção de artigos em tecido, couro ou palha. Uma das agulhas apresenta um orifício em 8. Esta forma aparece não raras vezes e tem sido interpretada de diferentes modos. A explicação mais comum aponta para o facto de se tratar de um orifício oval ou retangular incompletamente aberto com um furador circular.



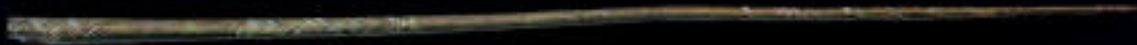
5. Fusaiola

Chumbo

Islâmico

Med. 15 x 0,5 cm

N.º Inventário: NMA.87



6. Fuso

(coleção do MNA – Inv. 983.296.101)

Bronze

Romano/islâmico (?)

Med. 12,7 x 0,3 cm

Fiar ou tecer era uma atividade obrigatória das mulheres. Dentro dos instrumentos necessários à fição, as fusaiolas são dos objetos mais comuns nos contextos arqueológicos. Trata-se de um utensílio em forma de disco, cujo orifício central servia para encaixar a ponta mais delgada do fuso, com o objetivo de prender o fio e mantê-lo na vertical.



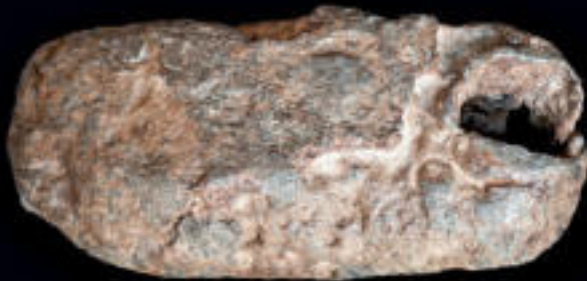
7. Agulha de rede de pesca

(coleção do MNA – Inv. 983.296.23)

Bronze

Romano

Med. 15,1 x 0,4 cm



8. Escória/ lingote (?)

(coleção do MNA – Inv. 983.296.91)

Chumbo

Romano

Med. 7,1 x 3,3 x 1,9 cm

Duas das atividades praticadas maioritariamente pelos homens foram a pesca e a exploração mineira, ambas de alguma forma relacionadas, não só com o consumo próprio, mas também com o comércio.

A pesca seria certamente uma tarefa quase diária, face a um manancial rico e diversificado que o vizinho Guadiana aportaria. São conhecidas mais de duas dezenas de espécies, desde a enguia, o sável, a corvina ou o robalo, à tainha ou à lampreia, além das espécies extintas, como o esturjão.

A exploração mineira, praticada desde a pré-história, tinha como principal matéria-prima, nesta região, o cobre. O intenso comércio praticado em todo o império introduz outros metais mais versáteis, como o chumbo.



9. Peça de jogo

Grauvaque

Islâmico (?)

Med. Ø 2 cm

N.º Inventário: NMA.231



10. Peça de jogo

Vidro

Islâmico (?)

Med. Ø 1,8 cm

N.º Inventário: NMA.232

Os jogos, que ao longo dos tempos foram uma distração constante e também um passatempo, além do cálculo e atenção, dependiam do fator sorte, tendo por isso dado origem à prática de apostas.



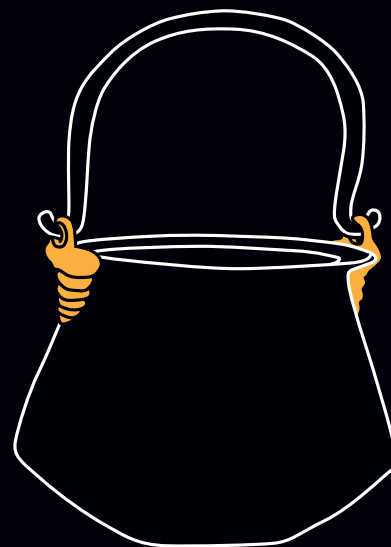
11. Armela ou mascarão de sítula

Cobre
Romano
Med. 4,5 x 2,4 x 0,9 cm
N.º Inventário: NMA.89



12. Mascarão de sítula

(coleção do MNA – Inv. 15868-A)
Bronze
Romano
Med. 4,3 x 1,9 x 1 cm



Além dos objetos cerâmicos utilizados no quotidiano da cozinha ou da mesa, também se utilizavam os de metal, adornados ou não com elementos figurativos, tais como as armelas ou os mascarões. Trata-se de uma peça lateral de uma sítula (balde ou caldeira de metal que se destinava ao transporte e aquecimento de água), para suporte da asa.

B - Objetos de uso pessoal: vestuário, higiene e saúde



13. Lingueta/espátula

Ferro
Romano/visigótico
Med. 9,3 x 2,5 x 0,4 cm
N.º Inventário: NMA.106

**14. Lígula**

(coleção do MNA – Inv. 983.296.24)

Bronze

Romano

Med. 12,9 x 0,2 cm

**15. Pinça**

(coleção do MNA – Inv. 983.296.24)

Bronze

Romano

Med. 16 x 0,7 cm

Os Romanos procuravam manter o vigor e a saúde dedicando particulares cuidados à higiene e à saúde do corpo, necessitando para o facto de instrumentos adequados. Muitas vezes, estes objetos tinham funções duplas, como no caso do conjunto aqui representado. A lingueta ou espátula e a lígula eram utilizadas pelos Romanos, quer para a higiene pessoal (na preparação de cosméticos), quer como instrumento de saúde (na preparação de remédios). A pinça era um instrumento que poderíamos encontrar igualmente num estojo de cirurgião e desempenharia a função de instrumento auxiliar numa operação. No entanto, as mulheres romanas usaram-na nas suas depilações.

**16. Conjunto de 3 argolas**

Bronze

Romano/visigótico

Med. Ø 1,8 cm; Esp. 0,3 cm

Ø 1,85 cm; Esp. 0,4 cm

Ø 2,4 cm; Esp. 0,3 cm

N.º Inventário: NMA.90, NMA.91, NMA.254



17. Anel

(coleção do MNA – Inv. 983.296.47)

Bronze

Romano

Med. Ø 2 cm; Esp. 0,1 cm

Estas peças foram provavelmente utilizadas no vestuário.

C - Aspetos construtivos: pavimentos, ferragens e canalizações



**18. Fragmento de *Opus tessellatum*,
com nove tesselas**

(fragmento de mosaico formando
uma possível ponta de pelta,
encontrado junto do ângulo oeste
do braço SW da igreja paleocristã)

Séc. VI/VII

Med. 5,1 x 3,8 x 1,6 cm

N.º Inventário: NMA.71

Fragmento de parte do pavimento musivo da *ecclesia*, destruído pelos enterramentos ocorridos no século VII. Apresenta motivos geométricos e vegetalistas, utilizando o cinzento escuro, o branco e o vermelho.



19. Conjunto de 5 tesselas

Vidro

Séc. VI/VII (interior da *ecclesia*)

Med. 1,2 x 0,9 x 0,8 cm

1,1 x 0,8 x 0,7 cm

1,0 x 0,9 x 0,7 cm

1,0 x 0,9 x 0,8 cm

1,2 x 1 x 0,7 cm

N.º Inventário: NMA.72, NMA.73,
NMA.74, NMA.75, NMA.76

Elementos decorativos de possível abóbada da *ecclesia*. A decoração deste templo paleocristão deveria ser rica e ocuparia paredes e mesmo abóbada, facto que explicaria a forma recurva de algumas destas tesselas.



20. Prego

Bronze

Romano/visigótico

Med. 7,1 x 1,5 x 0,6 cm

N.º Inventário: NMA.84



21. Pregos

Bronze

Islâmico

Med. 5 x 1,5 x 0,5 cm

4,5 x 0,7 x 0,3 cm

N.º Inventário: NMA.83

NMA.82

Um dos elementos mais utilizados na construção são os pregos, sendo a sua forma e dimensão muito variadas. Geralmente, eram utilizados em travejamentos para suporte de telhados, caixilhos de janelas e escadas de madeira.

**22. Gonzo de porta**

Ferro
Islâmico
Med. 9,2 x 2,7 x 0,5 cm
N.º Inventário: NMA.85

Ferragem constituída por uma peça do género de «anel de prisioneiro», onde entraria uma tranqueta.

**23. Fragmento de cano**

Chumbo
Romano/visigótico
Med. 7,5 x Ø 1,2 (exterior) x 0,2 cm
N.º Inventário: NMA.86

A partir do período romano, as canalizações tornaram-se num sistema perfeito de captação e conduta de água.

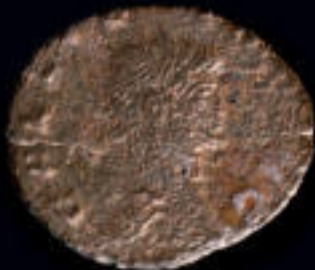
**24. Chave de tranca**

(coleção do MNA –
Inv. 983.296.108)
Ferro
Romano
Med. 26,9 x 1,5 cm

**25. Chave**

Ferro
Islâmico
Med. 29,8 x 5,7 x 2,2 cm
N.º Inventário: NMA.162

D – A moeda

**26. Pequeno bronze de Galieno**

Séc. III d.C. (253-268)

Mód. 2,6 cm; Eixo: 12; C. emissor: Roma (?)

Anv. GALL(IENVS AV) G

Cabeça radiada à direita.

Rev. DIANA) E CONS AVG

Cervo à direita. No exergo: (X)II.

N.º Inventário: NMA.93

**27. Médio bronze de Constantino I**

Séc. IV d.C. (313-317)

Mód. 2,5/2,7 cm; Eixo: 11; C. emissor: Lugdunum-PLG (Lion-1.ª oficina)

Anv. IMP C CONSTANTIN(VS P)F AVG

Busto laureado à direita, drapeado e couraçado.

Rev. GE(N)IO-POP ROM

Genius à esquerda, segurando patera na mão direita e cornucópia no braço esquerdo; em frente, altar aceso

N.º Inventário: NMA.94

**28. Pequeno bronze de Licínio I**

Séc. IV d. C. (313-317)

Mód. 2/2,1 cm; Eixo: 11; C. emissor: Britânia/Gália: Londinium (Londres), Lion, Trier/Arles

Anv. IMP LICINIVS PF AVG

Busto laureado à direita, drapeado e couraçado. (B4 ou B5)

Rev. GENIO-POP ROM

Genius à esquerda, segurando patera na mão direita e cornucópia no braço esquerdo.

N.º Inventário: NMA.95

**29. Pequeno bronze de Constantino I**

Séc. IV d. C. (324-328)

Mód. 1,8/2 cm; Eixo: 5; C. emissor: Treveri-PTR(E?) (1.ª oficina)

Anv. CONSTAN-TINVS AVG

Cabeça laureada à direita.

Rev. PROVIDEN-TIAE AVGG

Torre com portão encimado por estrela.

N.º Inventário: NMA.96



30. Pequeno bronze tipo Constantinopolis

Séc. IV d. C. (330-337)

Mód. 1,7/1,9 cm; Eixo: 12; C. emissor: Roma (?) –R (?) P (Roma-1.ª oficina)

Anv. CONSTANTI-NOPOLIS

Busto de Constantinopla à esquerda.

Rev. Sem legenda

Victória em proa à esquerda, segurando lança e escudo.

N.º Inventário: NMA.97



31. Pequeno bronze de Constâncio II (?)

Séc. IV d.C. (351-361)

Mód. 1,5/1,7 cm; Eixo: 11; C. emissor: Cyzicus - SMKS

Anv. DN CONS(TANTVS PF AV) G

Busto diademado à direita, drapeado e couraçado.

Rev. FEL T(EMP REPARATIO)

Soldado atacando com lança cavaleiro caído.

N.º Inventário: NMA.98



32. Médio bronze de Teodósio I

Séc. iv d. C. (379-395)

Mód. 2/2,2 cm; Eixo:11; C. emissor: Atelier Oriental - Antioquia ?:(AN)TA ? (1.ª oficina)

Anv. DN THEODO-SIVS PF AVG

Busto com diadema de pérolas à direita, drapeado e couraçado.

Rev. (GLORIA)-ROMANORVM

Imperador em pé, cabeça voltada à direita, segurando estandarte na mão direita e globo na esquerda.

N.º Inventário: NMA.99



33. Real preto de D. João I

Cobre

Séc. xv (1415-1433)

Mód. 2,3/2,4 cm; Eixo:5; C. emissor: Lisboa

Anv. +AD(IUTOR)IUM:NO(STRum)

IHNS coroado, dentro de epiciclóide octolobada.

Rev. +IHNS DEI GRA REX PO

Quinas cantonadas por quatro castelos.

N.º Inventário: NMA.100

Objeto de uso quotidiano por excelência, a moeda apresenta diversas perspectivas de estudo. Poderá ser estudada sob o ponto de vista técnico, enquanto unidade de referência usada para as transações comerciais, ou como produto cultural, ressaltando neste caso os aspetos de carácter histórico e artístico. A grande diversidade cronológica e tipológica, assim como a sua riqueza iconográfica, fazem da moeda um precioso documento histórico.

E - A agricultura



34. Foice

Ferro

Romano/visigótico

Med. 29,3 x 2,3 x 0,5 cm

N.º Inventário: NMA.92

A agricultura é uma atividade importante para as populações deste concelho desde o Neolítico. Os Romanos contribuíram, assim como os Muçulmanos, com importantes avanços tecnológicos para uma melhor exploração dos solos, introduzindo novas espécies e aperfeiçoando ou criando novos instrumentos. A foice é um instrumento indispensável à colheita de searas.

F - A cerâmica de luxo romana



35. Fragmento de Terra *Sigillata* Clara A (Hayes 9A)

Cerâmica

100-160

N.º Inventário: NMA.139



36. Fragmento de Terra *Sigillata* Clara A/D (Hayes 27A)

Cerâmica

1.^a met. séc. III

N.º Inventário: NMA.135



37. Fragmento de Terra *Sigillata* Clara C (Hayes 50A)

Cerâmica

Séc. IV/V

N.º Inventário: NMA.136



38. Fragmento de Terra *Sigillata* Clara C/E (Hayes 58A)

Cerâmica

290-375

N.º Inventário: NMA.137



39. Fragmento de Terra *Sigillata* Clara D (Hayes 61A)

Cerâmica

325-420

N.º Inventário: NMA.138



40. Fragmento de Terra *Sigillata* Clara E (Hayes 68A)

Cerâmica

370 - meados do séc. v

N.º Inventário: NMA.140

O conjunto de seis fragmentos exposto foi selecionado tendo em vista a apresentação das formas e produções mais frequentes na estação arqueológica da *Villa Romana* do Montinho das Laranjeiras.

A presença desta cerâmica de luxo revela o importante comércio estabelecido desde o século I e até ao século V, através do rio Guadiana e o Norte de África, sobretudo com a região de Cartago.

G - A cerâmica ritual visigótica



41. Jarro
(coleção do MNA – Inv. 15149)
Cerâmica
Visigótico (?)
Med. Alt.16 cm; Ø 9,7 cm



42. Jarro
(coleção do MNA – Inv. 15145)
Cerâmica
Visigótico
Med. Alt.167,2 cm; Ø 8 cm

No ritual funerário das necrópoles do período visigótico, é usual as inumações incluírem algum espólio, sendo comum a presença de jarrinhas e jarros cerâmicos, os quais exprimem a crença num percurso além-túmulo. Estes objetos desempenhariam, como tal, um papel utilitário e auxiliar nessa viagem do defunto.

H - A cerâmica de cozinha islâmica



43. Panela decorada com pintura branca
Cerâmica
Islâmico – séc. XI/XII
Med. Alt. 14,7 cm; Ø19,4 cm
N.º Inventário: NMA.59

Peças da vitrina n.º 2 – Castelo Velho de Alcoutim

A – A louça de mesa



44. Cantarinha decorada a corda seca parcial

Cerâmica

Islâmico – séc. XI

Med. Alt. 24,2 cm; Ø 20,3 cm

N.º Inventário: NMA.57

Recipiente com função dupla, servindo para guardar líquidos ou levar água à mesa.



45. Jarrinha decorada a corda seca parcial

Cerâmica

Islâmico – séc. X-XI

Med. Alt. 6,3 cm (sem bordo); Ø 10,8 cm

N.º Inventário: NMA.107



46. Jarrinha decorada a corda seca parcial

Cerâmica

Islâmico – séc. X-XI

Med. Alt. 7,7 cm; Ø 8,2 cm

N.º Inventário: NMA.108



47. Pucarinha

Cerâmica

Islâmico – séc. XI

Med. Alt. 9 cm; Ø 9,4 cm

N.º Inventário: NMA.54



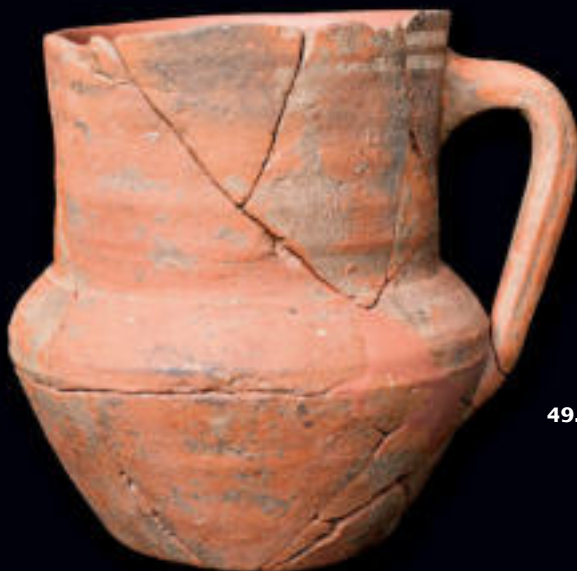
48. Pucarinho

Cerâmica

Islâmico – séc. X-XI

Med. Alt. 14 cm; Ø 12,6 cm

N.º Inventário: NMA.36

**49. Pucarinho**

Cerâmica

Islâmico – séc. X-XI

Med. Alt. 14,1 cm; Ø 12,3 cm

N.º Inventário: NMA.37

Recipientes utilizados à mesa como utensílio para beber. O seu nome em árabe seria *surayba*.

**50. Bule**

Cerâmica

Islâmico – séc. IX-XI

Med. Alt. 14,1 cm (sem bordo); Ø 14,3 cm

N.º Inventário: NMA.51

Recipiente utilizado para servir líquidos, habitualmente peça de mesa, terá igualmente sido utilizado no fogo para preparar alguma infusão, como atesta a sua superfície queimada.

B – A louça de cozinha



51. Púcaro

Cerâmica
Islâmico – séc. XI
Med. Alt. 15,8 cm; Ø 14,1 cm
N.º Inventário: NMA.31

Os púcaros são recipientes que servem para conter líquidos. Neste caso específico, foi utilizado para aquecer leite, água ou, eventualmente, para preparar infusões, conforme se pode observar pelas suas superfícies queimadas. O seu nome em árabe seria *ibriq*.



52. Panela

Cerâmica
Islâmico – séc. XI
Med. Alt. 23,2 cm; Ø 22,7 cm
N.º Inventário: NMA.50

Recipientes de cozinha com função culinária, serviam para confeccionar sopas, cozidos ou ensopados, apoiando-se diretamente sobre o fogo ou sobre um fogareiro de barro. Eram designados maioritariamente por *qidr*, em árabe, embora também se pudessem chamar *tanyir* ou *burma*.

Peças da vitrina n.º 3 – Castelo Velho

C – Os objetos da guerra

**53. Ponta de lança**

Ferro

Islâmico – séc. XI

Med. 11 x 1,4 x 0,3 cm

N.º Inventário: NMA.158

**54. Ponta de lança**

Ferro

Med. 10,4 x 1,3 x 0,3 cm

Islâmico – séc. XI

N.º Inventário: NMA.157

**55. Ponteira de bainha**

Liga de bronze

Islâmico – séc. XI

Med. 5,9 x 3,3 x 1,5 cm

N.º Inventário: NMA.153

D – O quotidiano feminino



56. Fragmento de conta de colar

Vidro azul
Islâmico – séc. X-XI
Med. Ø 1,5 cm; Esp. 0,7 cm
N.º Inventário: NMA.148



57. Cossoiro

Osso
Islâmico – séc. X-XI
Med. Ø 2,1 cm; Esp. 0,6 cm
N.º Inventário: NMA.121



58. Alfinete

Cobre
Islâmico – séc. XI
Med. 6,3 x 0,2 cm
N.º Inventário: NMA.159



59. Cabo de faca/ torre de roca (?)

Osso
Islâmico – séc. XI
Med. 4,6 x 1,8 x 0,5 cm
N.º Inventário: NMA.120



60. Espátula (?)

Ferro
Islâmico – séc. XI
Med. 12,6 x 2,5 x 0,6 cm
N.º Inventário: NMA.154

E - Candeias

**61. Candeia**

Cerâmica

Islâmico – séc. X-XI

Med. Alt. 6,9 cm (sem asa);
Comp. 12,4 cm; Larg. 6,5 cm

N.º Inventário: NMA.30

**62. Candeia decorada em melado e manganês**

Cerâmica

Islâmico – séc. X-XI

Med. Alt. 4,5 cm; Comp. 12,4 cm;
Larg. 7,6 cm

N.º Inventário: NMA.34

Elementos domésticos por excelência, as candeias são utilizadas para a iluminação. O seu nome em árabe seria *quandil* ou *misbâh*.

G – Os recipientes de armazenamento



63. Bilha

Cerâmica

Islâmico – séc. XI

Med. Alt. 34,8 cm (sem asa); Ø 23,3 cm

N.º Inventário: NMA.49

H – A exploração mineira



64. Malho mineiro

Grauvaque

Ampla cronologia. Surgem desde a Idade do Bronze

Med. 23,6 x 15,3 x 7,7 cm

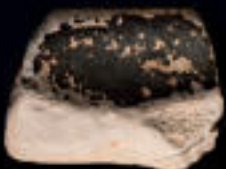
N.º Inventário: NMA.124

Peças da vitrina n.º 4 - Castelo da Vila

A - A ocupação anterior ao Castelo

**65. Fragmento de cerâmica ática (grega)**

Cerâmica
Séc. V/ IV a.C.
N.º Inventário: NMA.134

**66. Fragmento de cerâmica campaniense C (?)**

Cerâmica
Séc. II/I a.C.
N.º Inventário: NMA.133

**67. Brinco**

Ouro
Idade do Ferro/romano
Med. 1,3 x 1 x 0,2 cm
N.º Inventário: NMA.117

**68. Fragmento de conta de colar**

Pasta de vidro
Idade do Ferro
Med. Ø 0,9 cm; Esp. 0,3 cm; Comp. 1,8 cm
N.º Inventário: NMA.147

B - Os adornos pessoais

**69. Fragmento de anel**

Madeira
Época Moderna
Med. Ø 1,9 cm; Esp. 3 cm
N.º Inventário: NMA.149

**70. 2 contas**

Azeviche
Época Medieval/Moderna
Med. Ø 0,7 cm; Esp. 0,3 cm; Alt. 0,6 cm
Ø 1,1 cm; Esp. 0,5 cm; Alt. 0,8 cm
N.º Inventário: NMA.146 / NMA.145

**71. Brinco**

Cobre com banho de ouro (?)
Época Medieval/Moderna
Med. 1,5 x 1,3 x 0,2 cm
N.º Inventário: NMA.160

C – Os objetos do cotidiano



72. Candeia

Cerâmica

Séc. XIV/XV

Med. Ø 5,8 cm; Alt. 3,6 cm

N.º Inventário: NMA.25



73. Peso de rede

Cerâmica

Séc. XIV/XV

Med. Ø 4,8 cm; Alt. 5,4 cm

N.º Inventário: NMA.26



74. Lâmina de faca

Ferro

Época Medieval/Moderna

Med. 10 x 2,3 x 0,8 cm

N.º Inventário: NMA.119



75. Fragmento de agulha

Osso

Época Medieval/Moderna

Med. 8,2 x 1,1 x 0,3 cm

N.º Inventário: NMA.122

**76. Alfinete**

Cobre
 Época Medieval/Moderna
 Med. 6,3 x 0,3 cm
 N.º Inventário: NMA.152

**77. Chocalho**

Ferro
 Séc. XIV/XV
 Med. 7 x 6,1 x 3,4 cm
 N.º Inventário: NMA.118

**78. Chave**

Ferro
 Séc. XVI
 Med. 6 x 2,7 x 1,3 cm
 N.º Inventário: NMA.150

**79. Fragmento de selo de mercadorias**

Chumbo
 Séc. XV (?)
 Med. 2,9 x 2,2 x 0,6 cm
 N.º Inventário: NMA.155

**80. Selo de mercadorias**

Chumbo
 Séc. XVI
 Med. 2,5 x 1,8 x 0,7 cm
 N.º Inventário: NMA.156

**81. Prato**

Cerâmica

Séc. XIV/XV

Med. Ø 25,2 cm; Alt. 7,4 cm

N.º Inventário: NMA.47

De produção sevilhana, este prato apresenta uma curiosa decoração, cujo centro é ocupado por uma figura quimérica, de esfinge com corpo de leão, patas a terminar em grandes garras e cabeça feminina com turbante. A demarcação do diâmetro do bordo e do fundo é feita através de traços horizontais concêntricos, simples ou duplos, seguidos de sanefas com motivos ondulados.

**82. Escudela**

Cerâmica

Séc. XV

Med. Ø 12 cm; Alt. 6,1 cm

N.º Inventário: NMA.9

**83. Tigela**

Cerâmica

Séc. XV/XVI

Med. Ø 14,6 cm; Alt. 5,9 cm

N.º Inventário: NMA.3

**84. Bacio**

Cerâmica

Séc. XIV/XVI

Med. Ø 27,5 cm; Alt. 16,1 cm

N.º Inventário: NMA.21

**85. Pequeno pote**

Cerâmica

Séc. XVI/XVII

Med. Ø 14,7 cm; Alt. 16,2 cm (sem bordo)

N.º Inventário: NMA.7

**86. Pequeno alguidar**

Cerâmica

Séc. XVIII/XIX

Med. Ø 26 cm; Alt. 7,4 cm

N.º Inventário: NMA.2

Peças da vitrina n.º 5 - Castelo da Vila

D - Os utensílios do cavaleiro e as armas de guerra



87. Estribo

Ferro

Séc. XIV/ XV

Med. 10,5 x 7,5 x 1,5 cm

N.º Inventário: NMA.102



88. Ferradura

Ferro

Séc. XV

Med. 10,5 x 7,6 x 1,5 cm

N.º Inventário: NMA.151



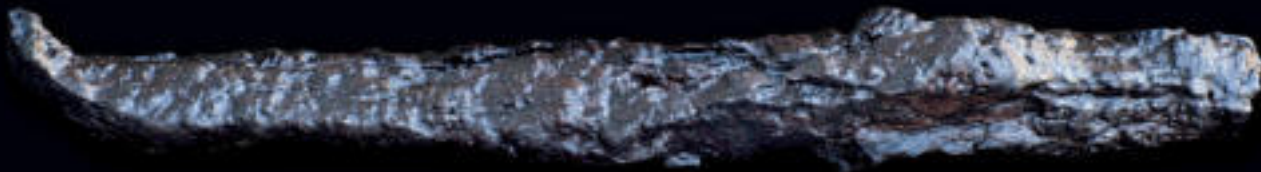
89. Ponta de virote de besta

Ferro

Séc. XIV/ XV

Med. 8,1 x 1,8 x 1,8 cm

N.º Inventário: NMA.104



90. Ponta de virote de besta

Ferro

Séc. XIV/ XV

Med. 13,5 x 2,3 x 2,2 cm

N.º Inventário: NMA.105

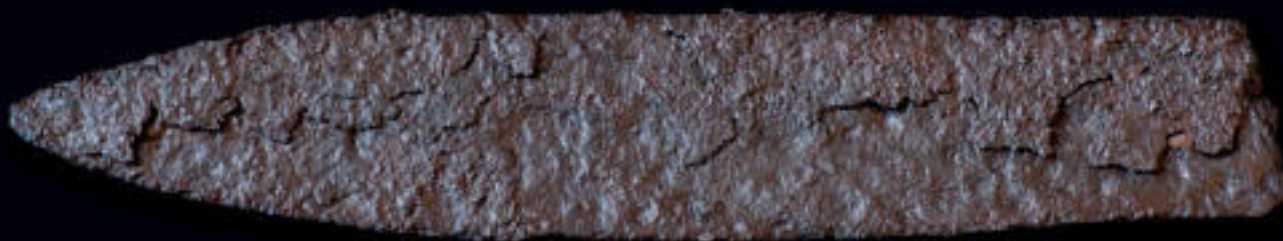
**91. Ponta de virote de besta (?)**

Ferro

Séc. XIV/XV

Med. 9,8 x 2,5 x 2,2cm

N.º Inventário: NMA.103

**92. Lâmina de lança ou espada curta**

Ferro

Séc. XIV/XV

Med. 24,8 x 5 x 1 cm

N.º Inventário: NMA.101

O estribo, utensílio indispensável à arte de montar, a partir da Idade Média, apesar de não ser uma invenção desta época, sofreu uma evolução importante diretamente ligada ao equilíbrio do cavaleiro, permitindo deste modo a libertação das mãos durante o combate.

Dentro dos elementos que constituem o armamento ofensivo medieval, é preciso distinguir as armas de mão das armas de arremesso. Nas primeiras, encaixam-se as lanças e as espadas, entre muitos outros. Nas segundas, as bestas e os seus projéteis, os virotes, fazem parte dum universo diversificado de objetos com grande expressão na Idade Média.

**93. Fivela (?)**

Cobre
 Época Medieval
 Med. 9,4 x 4,7 x 0,4 cm
 N.º Inventário: NMA.116

**94. Fivela**

Cobre
 Época Tardo-Medieval/Moderna
 Med. 3,2 x 2,3 x 0,3 cm
 N.º Inventário: NMA.113

**95. Fivela**

Cobre
 Época Moderna/Contemporânea
 Med. 4,6 x 3,3 x 0,4 cm
 N.º Inventário: NMA.115

**96. Pedroneira**

Sílex
 Indeterminada
 Med. 2,5 x 1,6 x 0,8 cm
 N.º Inventário: NMA.123

4. RUÍNAS DO CASTELO

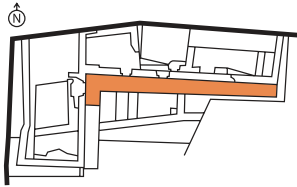


Placards nas ruínas

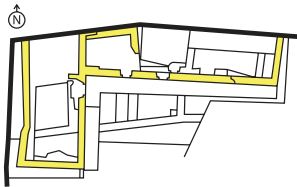
Após um incêndio que terá danificado as estruturas da primeira fase (séculos XIV/XV) de ocupação militar deste espaço, constroem-se novos compartimentos durante os reinados de D. Afonso V e de D. Manuel. Os muros da época moderna (segunda metade do século XV e século XVI) edificam-se sobre as estruturas anteriores. Apresentam espessuras médias de 65 cm e, na sua construção, foram utilizadas pedras misturadas com fragmentos de talhas do período anterior, tijolos de tipo «mazaril», sobretudo nos cunhais das portas, e fortes argamassas de cal e areia, podendo ainda ver-se, em algumas paredes, rebocos de cal.

Desta segunda fase, no desenho de Duarte de Armas, realizado no século XVI, é igualmente visível a rampa, situada junto da muralha norte, de onde partiria possivelmente a escada de acesso ao adarve.

Durante o século XVI, esta fortaleza era um importante baluarte fronteiriço, conforme demonstram os registos efetuados pelas ordenanças de 1573, que indicam que a infantaria dispunha de um total de 1000 homens.

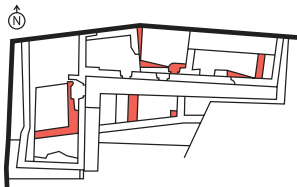


Calçada seiscentista, construída no século XVII com pequenas pedras e seixos de ribeira colocados em cutelo com configuração em espinha. Ladeia os edifícios da última fase de construção, ocupados desde o século XVII até ao século XIX.

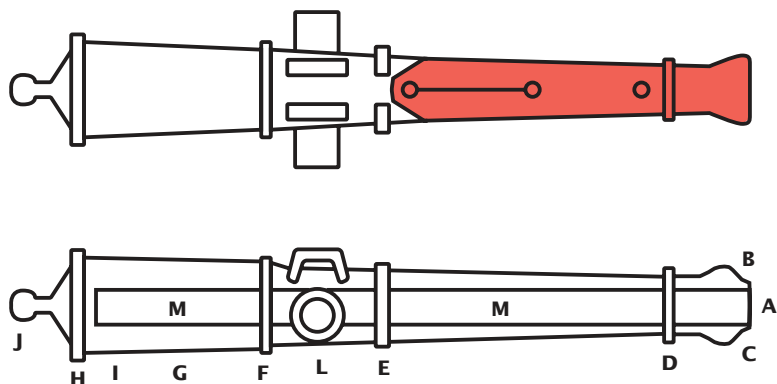


No século XVII, o Castelo sofre remodelações, apesar do seu papel militar decair no período filipino. Em 1621, esta região conta com uma infantaria de 719 homens, estando na vila 12 a cavalo e 143 a pé. Mais uma vez se constroem novos compartimentos, que se vão sobrepor aos anteriores e adossar à muralha norte, visto este espaço, anteriormente ocupado por uma rampa de acesso ao adarve, ter perdido a sua funcionalidade.

As paredes apresentam agora uma espessura inferior às anteriores, com cerca de 50/55 cm, e no interior dos compartimentos os solos foram lageados a xisto, tendo-se mantido em utilização até ao século XIX. Em 1878, foram transformados em açougue e, depois, em pocilgos e lixeiras.



Muros da primeira fase de construção do Castelo (século XIV/XV) correspondentes a compartimentos habitacionais de caráter meramente militar. Junto da muralha norte, encontra-se um espaço para armazenamento de cereais. As paredes, constituídas por pedras argamassadas com terra, têm uma espessura média de 60 cm e foram construídas segundo uma técnica de tradição hispano-muçulmana, designada por construção em espinha.



A - Boca	DE - Bolada	GH - Faixa alta da culatra	K - Asas
B - Bocal	EF - 2.º Reforço	HI - Culatra	L - Munhões
CD - Tulipa	FG - 1.º Reforço	IJ - Cascavel	M - Alma

Canhão

Peça de artilharia utilizada na Europa para defesa ou ataque em caso de guerra. O emprego da artilharia apareceu nos finais do século XIV, manifestando-se vigorosamente, como nova arma de guerra, nos meados do século XV.

As bocas de fogo, a partir da segunda metade do século XVII (as de produção nacional eram em bronze, sendo as estrangeiras maioritariamente em ferro), eram então classificadas em «canhões» e «colubrinhas».

O canhão, dependendo das suas dimensões, será considerado canhão inteiro, meio canhão, terço de canhão, quarto de canhão e oitavo de canhão. Esta definição resulta das dimensões da peça, as quais se avaliam através do cálculo do número de vezes que o diâmetro da boca de fogo está compreendido no comprimento do canhão.

O fragmento de canhão (bolada e tulipa) que se apresenta, e pela análise dos poucos elementos que nos restam, possuiria um comprimento de cerca de 2,20 m, ou seja, corresponderia a 24 diâmetros (equivalente a um «quarto de canhão»).

Lançava uma bala de ferro com 3,2 kg (7 libras) e carregava-se pela boca.

Tinha uma esperança de vida de 100 tiros, após os quais corria o risco de implosão.

Terá pertencido ao conjunto de 5 canhões de ferro que o Barão Von Wiederhold diz terem existido em Alcoutim em 1798.



J. Fragmento de quarto de canhão (?)

Ferro

Séc. XVII

Castelo de Alcoutim

N.º Inventário: NMA.79



K. Bala (pelouro) para peça de bater de 20 libras

Ferro

Séc. XVIII

Vila de Alcoutim

N.º Inventário: NMA.80

Oferecida pelo Sr. António Vicente, residente em Beja.



L. Bala (pelouro) para peça de bater de 20 libras

Ferro

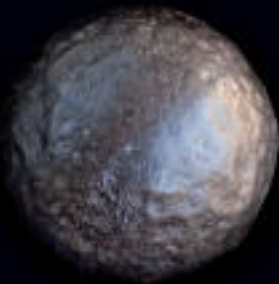
Séc. XVIII

Vila de Alcoutim

N.º Inventário: NMA.81

Oferecida pelo Sr. Carlos Barão, residente em Alcoutim.

Estas balas eram utilizadas por peças de artilharia colocadas em fortalezas, castelos ou embarcações.



M. Fragmento de bala (pelouro) de quarto de canhão

Ferro

Séc. XVII

Vila de Alcoutim

N.º Inventário: NMA.78

Oferecida pela D. Maria Rita, residente em Alcoutim.

5. HISTORIAL DO CASTELO

Castelos

A necessidade de defesa afirmou-se desde muito cedo, levando as comunidades a construírem redutos que a possibilitassem. Os vestígios arqueológicos testemunham uma diversidade de estruturas defensivas que, no início, diziam respeito à construção de muralhas erguidas para proteção de povoados.

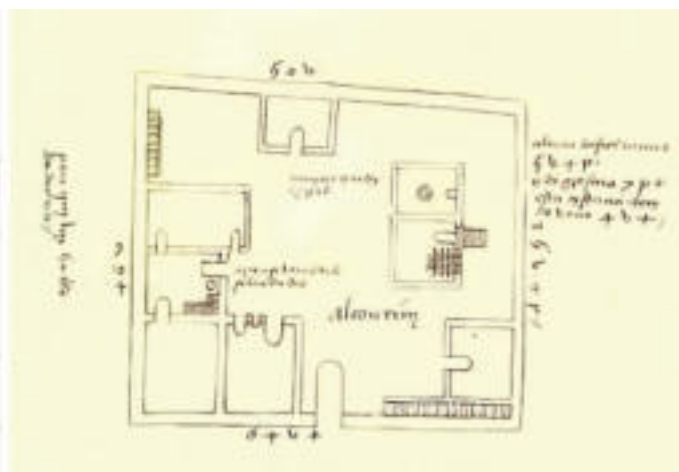
Os castelos constituíram a base da administração e ordenamento do território algarvio após a reconquista, independentemente de os primeiros titulares da fase cristã serem ordens militares.

As modificações introduzidas na arte da guerra, a partir do século XV, em que as armas tinham um papel decisivo, tornaram inoperantes as ameias dos castelos medievais, levando à necessidade de fazer adaptações, quer aos novos sistemas de ataque quer aos de defesa.

Em Portugal, nos anos 40 do século XX, muitos castelos sofreram restauros que nem sempre tiveram em consideração o uso das fortificações nesses tempos mais recentes, adotando antes, com frequência, o modelo da Idade Média, que se ajusta mais a um imaginário da vida em épocas remotas.



Excerto da perspetiva de Duarte d'Armas, séc. XVI



Planta de Duarte d'Armas, séc. XVI.

O Castelo de Alcoutim

A região de Alcoutim terá sido reconquistada a partir de 1238 pelas hostes de D. Paio Peres Correia, em data indeterminada (em torno de 1240), seguramente entre a tomada de Mértola e as de Cacela e Tavira, no reinado de D. Sancho II. No entanto, será apenas no reinado de D. Dinis que se manda repovoar a vila, em 1302, e o monarca concede-lhe carta de foral em 9 de janeiro de 1304.

O cabeço onde está implantado o castelo terá sido ocupado na Idade do Ferro e no período romano republicano, apesar de serem muito escassos os vestígios arqueológicos desta época. A ausência de vestígios comprovados da época islâmica e o facto de só no reinado de D. Dinis terem aparecido as primeiras referências escritas ao povoamento de Alcoutim, levam a considerar que também a construção do castelo será dos inícios do século XIV, com obras começadas no reinado de D. Dinis e terminadas no de D. Afonso IV, que confirma o foral doado por seu pai.

Castelo bastante simples, construído de xisto, com planta poligonal irregular, sem torres adossadas às muralhas, com uma única porta, voltada a norte, esta praça militar tornou-se, na Baixa Idade Média, num ponto estratégico na defesa ativa da fronteira. Foi precisamente por Alcoutim que, em 1338, D. Afonso XI de Castela entrou no Algarve, por pontes de galeras sobre o Guadiana (pelos portos de *Alcautim*). Foi também aqui que se celebrou, em 31 de março de 1371, o Tratado de Alcoutim, que pôs fim, ainda que temporariamente, às lutas entre D. Fernando e D. Henrique de Castela.

No século XVI, sofre algumas remodelações nos edifícios internos e abre-se uma nova porta gótica, de fecho ogival, na muralha leste (voltada para o Guadiana). Estas obras deverão coincidir com o reinado de D. Manuel, que incumbe Duarte de Armas de fazer o levantamento do estado em que se encontravam todos os castelos da fronteira, em que se inclui obviamente o de Alcoutim. É também D. Manuel que reforma o antigo foral, datando o novo documento de 1520. Data desta altura a elevação da vila a condado, a favor dos primogénitos do Marquês de Vila Real. D. Sebastião, quando se deslocou ao Algarve, também visitou Alcoutim e, nessa época, a fortaleza era um importante baluarte fronteiriço e estava bem guarnecida do ponto de vista militar.

Esta fortificação, juntamente com Castro Marim e outros castelos da fronteira, teve um papel bastante ativo durante as guerras da Restauração. As muralhas estavam preparadas para receber artilharia, tinham um edifício destinado a paiol de pólvora (atual Exposição dos Jogos Intemporais) e um acrescento de patamar em bico (esplanada voltada para Sanlúcar de Guadiana), onde podiam instalar-se seis a sete canhões, de que resta apenas parte do cano de um.

As escavações efetuadas no interior da fortaleza integraram-se no projeto de salvaguarda e recuperação (projecto do Arquitecto Fernando Varanda). Os trabalhos arqueológicos revelaram estratos de ocupação, que coincidem com construções e reconstruções, desde os séculos XIV/XV até ao século XIX, época em que ainda conserva o seu papel militar, nomeadamente durante as lutas liberais. Contudo, nos fins do século passado, já a fortaleza servia de lixeira e açougue. As muralhas foram alvo de reparações nos anos quarenta, pela Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, mas só em 1992/93 se procedeu à atual obra de recuperação.

As ruínas arqueológicas hoje visíveis coincidem com a evolução do espaço militar, localizado junto das muralhas norte e poente.

1. As construções da Baixa Idade Média correspondem à fundação do castelo e a algumas paredes (assinaladas a rosa), de edifícios provavelmente de caráter meramente militar e para armazenamento de cereais, associados a materiais arqueológicos de metal e de cerâmica. Para além de fragmentos de grandes talhas, que continham trigo carbonizado, recolheram-se peças de cerâmica com cronologia centrada nos séculos XIV/XV. Possivelmente nos inícios do século XV, o espaço de armazenamento situado junto da muralha norte deverá ter sofrido um incêndio.

2. A segunda fase de ocupação (assinalada a verde) corresponderá à transição para Época Moderna, num período que compreende, grosso modo, os reinados de D. Afonso V e de D. Manuel. No século XVI, os desenhos de Duarte de Armas (1509) indicam que o castelo tinha «mujtos pardyeyros, apousentamentos sobradados e uma cystema». O espaço onde Duarte de Armas assinala a cisterna e um edifício, com escada perpendicular à porta, terá sido remodelado no século XVI, colocando-se uma escadaria adossada à parede poente do edifício, convertido mais tarde em paiol.

Algumas das estruturas visíveis na planta de Duarte de Armas e as reparações efetuadas no reinado de D. Manuel correspondem, nas escavações, a restos de edifícios adossados às muralhas e ao paiol, reaproveitando, em parte, paredes do período anterior. O espólio cerâmico, assim como moedas e um selo de chumbo manuelino, com a esfera armilar, apontam para uma cronologia centrada no século XVI. No século XVII, parte destes edifícios terá sido destruída durante as guerras da Restauração.

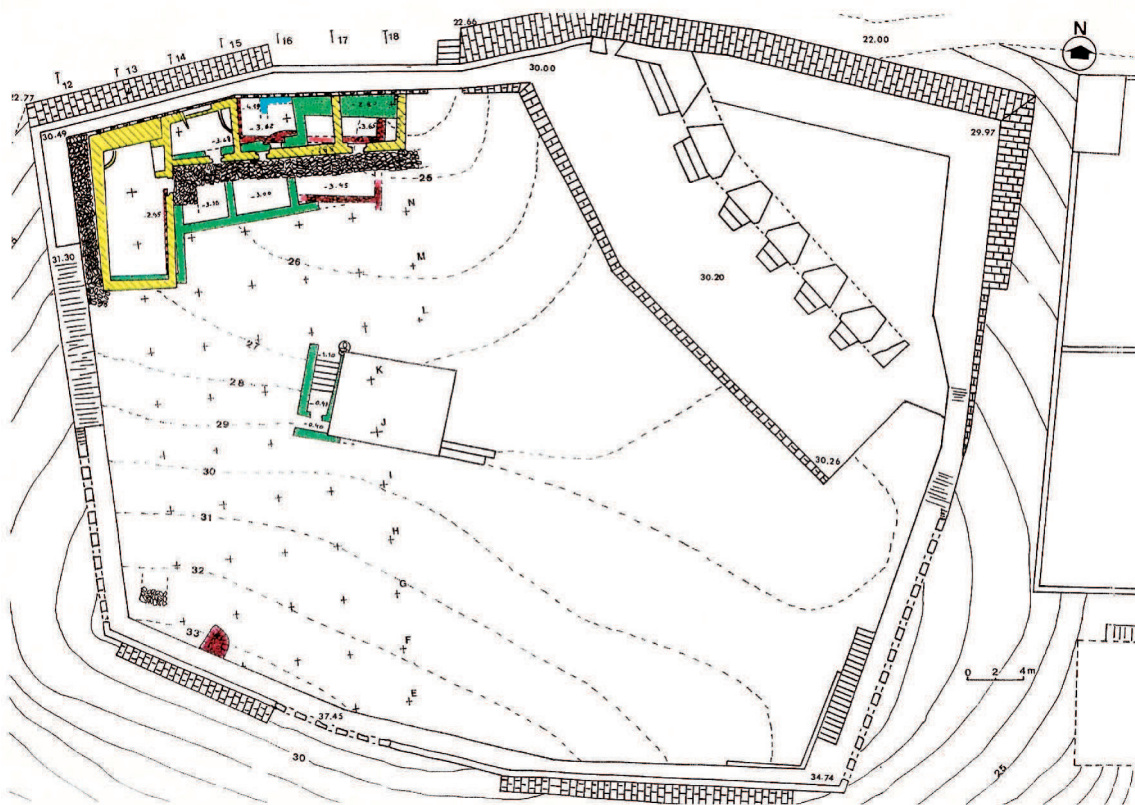
3. A terceira fase de ocupação aponta para uma cronologia a partir de meados ou finais do século XVII. Além de uma calçada que se sobrepõe a estruturas anteriores, foram construídos novos edifícios (assinalados a amarelo esverdeado). Também se alterou o acesso ao adarve, que passou a fazer-se no sentido sul/norte, por meio

de uma rampa com calçada, adossada à muralha poente. Este acesso foi posteriormente entulhado e depois renivelado, aquando dos modernos restauros, ou para a visita que o Almirante Américo Tomás efetuou a Alcoutim, em 1965.

Se, como mostram os desenhos de Duarte de Armas, a vila não aparecia ainda murada no século XVI, deverá ter-se fortalecido com amuralhado urbano após as guerras da Restauração. As obras poderão ter sido iniciadas no reinado de D. João IV e terminadas no de D. Afonso VI, de que resta uma lápide, com o nome do monarca, datada de 1661, que assinala a Porta de Tavira e que, hoje, se encontra na muralha da igreja matriz, junto do cais velho. O traçado das muralhas ainda se conservava no século passado, com fracos muros, onde se abriam as três portas: uma para o Guadiana, uma chamada de Mértola e outra de Tavira. Mas o castelo já nessa altura se encontrava bastante arruinado.

HELENA CATARINO

Arqueóloga responsável pelas campanhas arqueológicas aquando do projeto de Valorização em 1992.



Planta da área escavada em 1992

6. DEZ ANOS DE TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS – DO NEOLÍTICO AO ROMANO

Entre 1998 e 2007, desenvolveram-se diversas escavações no território do concelho de Alcoutim. Foi durante essa década de investigação arqueológica, na qual se escavaram nove sítios arqueológicos (sete, se agruparmos os dois conjuntos existentes), que foram coligidos os elementos que servem de base ao atual tema.

Nesta viagem no tempo, pretendemos que deambule pelos trilhos de um passado distante, onde se irá deparar com distintos instrumentos e objetos, alguns dos quais fabricados e/ou usados há mais de cinco mil anos. Queremos que entre em espaços públicos e sagrados onde se praticaram ritos esquecidos sob a poeira do tempo e cujos testemunhos, resgatados em diversas ações que incluíram trabalhos arqueológicos de emergência, de investigação e de valorização, podem agora ser fruídos publicamente.

As intervenções realizadas constituem contributos importantes, se bem que pontuais, para o conhecimento, no território alcoutenejo, da ocupação ocorrida entre finais do Neolítico (cerca de 3500/2900 a.C.) e a ocupação romana (iniciada no século III a.C. e que se prolonga até ao século V d.C.). Os projetos patrimoniais executados posteriormente, as evidências arqueológicas escrutinadas e os principais materiais recolhidos foram integrados no discurso expositivo numa sequência cronológica que, coincidentemente, quase se sobrepõe à sucessão temporal em que os trabalhos de campo foram executados.

1998/2001 e 2002/2003

Conjunto megalítico do Lavajo

Localização:

Os dois núcleos pré-históricos do conjunto monumental dos menires do Lavajo encontram-se em lados opostos do vale do Lavajo, distanciados entre si por 250 m e a aproximadamente 1,5 km, a nordeste da povoação de Afonso Vicente, na freguesia de Alcoutim. A sinalética direcional rodoviária permite aceder ao local vindo de norte ou de sul.





Vista geral do núcleo de Lavajo I após a valorização

O primeiro testemunho arqueológico intervencionado foi o grande menir do Lavajo I, situado do lado meridional do vale com o mesmo nome. Trata-se de um monumento de grauvaque, o maior dos até agora registados nesta rocha, no Algarve, o qual foi identificado em 1992. Em setembro de 1998, procedeu-se à escavação do local e ao registo gráfico da superfície insculturada, com uma complexa composição de caráter geométrico de cunho simbólico, correspondendo à face do menir em contacto com o terreno; foi então identificado, não só o seu alvéolo de fixação, como também mais dois menires, infelizmente fraturados e já removidos do seu local de implantação primitivo, os quais constituíam um agrupamento e ocupavam o topo de um pequeno cômodo rochoso. Três anos mais tarde (em 2001), a intervenção arqueológica do outro lado do vale do Lavajo (Lavajo II) permitiu confirmar um novo conjunto de quatro estelas-menires, todas elas afeiçãoadas por picotagem, bem como o alvéolo respetivo de fundação, cujas características indicavam que o conjunto se alinhava segundo uma direção este-oeste. No entanto, devido aos trabalhos agrícolas, das quatro estelas-menires identificadas, apenas a menor se encontrava ainda *in situ*.

Este conjunto megalítico, constituído por dois núcleos de alinhamentos de menires (um com três e outro com quatro menires ou estelas-menires), é único e sem paralelo até ao momento no território português. Foi construído num período de transição entre o Neolítico Final e o Calcolítico Inicial (3500/2900 a.C.), conforme evidenciam os materiais arqueológicos recolhidos no núcleo primeiramente explorado (Lavajo I), bem como os colocados ritualmente na fundação do núcleo explorado em 2001 (Lavajo II).

A intervenção de valorização executada em 2002/2003 neste notável conjunto megalítico não funerário, o único conhecido em todo o Sotavento Algarvio, teve um duplo

objetivo: por um lado, permitir a fruição pública do primeiro núcleo, o mais bem preservado e de maior interesse (só estes menires é que apresentam decoração); por outro lado, assegurar a preservação do segundo núcleo, cuja musealização se afigurava mais complexa e problemática.



O maior menir antes da intervenção em 1998



Os três menires que compõem o alinhamento antes do projeto de 2003.



Alvéolo de fixação das 4 estelas-menires, com uma delas ainda no local – 2001



Trabalhos de recolocação na posição original do menir principal em 2003.



Levantamento da decoração do menir.



Trabalhos de desenho do menir principal.

Intervenção de conservação e restauro:

O restauro efetuado no menir fraturado seguiu a metodologia abaixo descrita:

- Perfuração dos fragmentos com uma ponta de diamante;
- Disposição do fragmento inferior no alvéolo original;
- Colocação de espigões em titânio nos orifícios e aplicação da cola epóxida nos espigões e na fratura;
- Sobreposição do segundo fragmento sobre o primeiro;
- Justaposição do terceiro fragmento;
- Preenchimento das fraturas com argamassa Redur de tonalidade semelhante à do menir.



Ilustração das fases da intervenção de conservação e restauro nos menires de Lavajo I



Os menires, em abril de 2004, prontos para apresentação pública.

Peças da vitrina Menir do Lavajo



97. Placa votiva com moldura

Grauvaque

Finais do IV milénio/inícios do III milénio a.C.

Med. 17,9 x 13,5 x 1 cm

N.º Inventário: NMA.70

Esta peça, de características invulgares, apresenta, além de um furo de suspensão, um sulco marginal que é apenas conhecido em escassos exemplares, de entre as centenas de placas encontradas em monumentos megalíticos, no Alentejo e no Algarve.



98. Enxó

Rocha anfibolítica

Finais do IV milénio/inícios do III milénio a.C.

Med. 11,2 x 6,6 x 2,1 cm

N.º Inventário: NMA.60



99. Fragmento de machado polido de secção elipsoidal

Fibrolite

Finais do IV milénio/inícios do III milénio a.C.

N.º Inventário: NMA.127



100. Grande sacho com superfície grosseiramente afeçoada por picotagem e de secção subcircular.

Grauvaque

Finais do IV milénio/inícios do III milénio a.C.

Med. 14,4 x 6,7 x 5,2 cm

N.º Inventário: NMA.126



101. Formão finamente polido

Grauvaque esverdeado

Finais do iv milénio/inícios do III milénio a.C.

Med. 19,6 x 3,5 x 1,9 cm

N.º Inventário: NMA.125



102. Micrólito subtriangular

Sílex castanho-avermelhado

Finais do iv milénio/inícios do III milénio a.C.

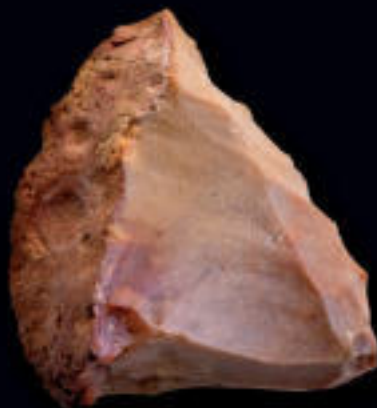
Med. 2,7 x 0,9 x 0,3 cm

N.º Inventário: NMA.132



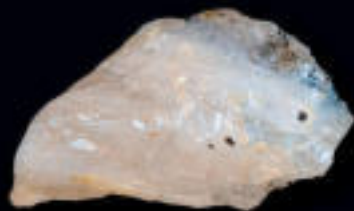
103. Ponta de seta

Sílex cinzento claro com manchas brancas
 Finais do IV milénio/inícios do III milénio a.C.
 Med. 3 x 2,2 x 0,4 cm
 N.º Inventário: NMA.131



104. Lasca com bordo retocado para servir como raspador

Sílex castanho-avermelhado
 Finais do IV milénio/inícios do III milénio a.C.
 Med. 2,7 x 2,7 x 0,8 cm
 N.º Inventário: NMA.130



105. Fragmento de lasca com indícios de utilização na extremidade convexa

Quartzo leitoso
 Finais do IV milénio/inícios do III milénio a.C.
 Med. 1,9 x 0,9 x 0,8 cm



106. Lasca de talhe

Sílex esbranquiçado
 Finais do IV milénio/inícios do III milénio a.C.
 Med. 2,8 x 2,4 x 0,7 cm
 N.º Inventário: NMA.129

2000

Cista megalítica do Malhão

Localização:

O monumento funerário pré-histórico foi identificado no Cerro do Malhão, na freguesia de Martim Longo. A cista megalítica foi implantada a 310 m de altitude, no topo mais alto deste cerro. Localiza-se a 500 m a sul da aldeia de Martim Longo, facilmente visível por no local se encontrar presentemente uma antena de telecomunicações móveis.





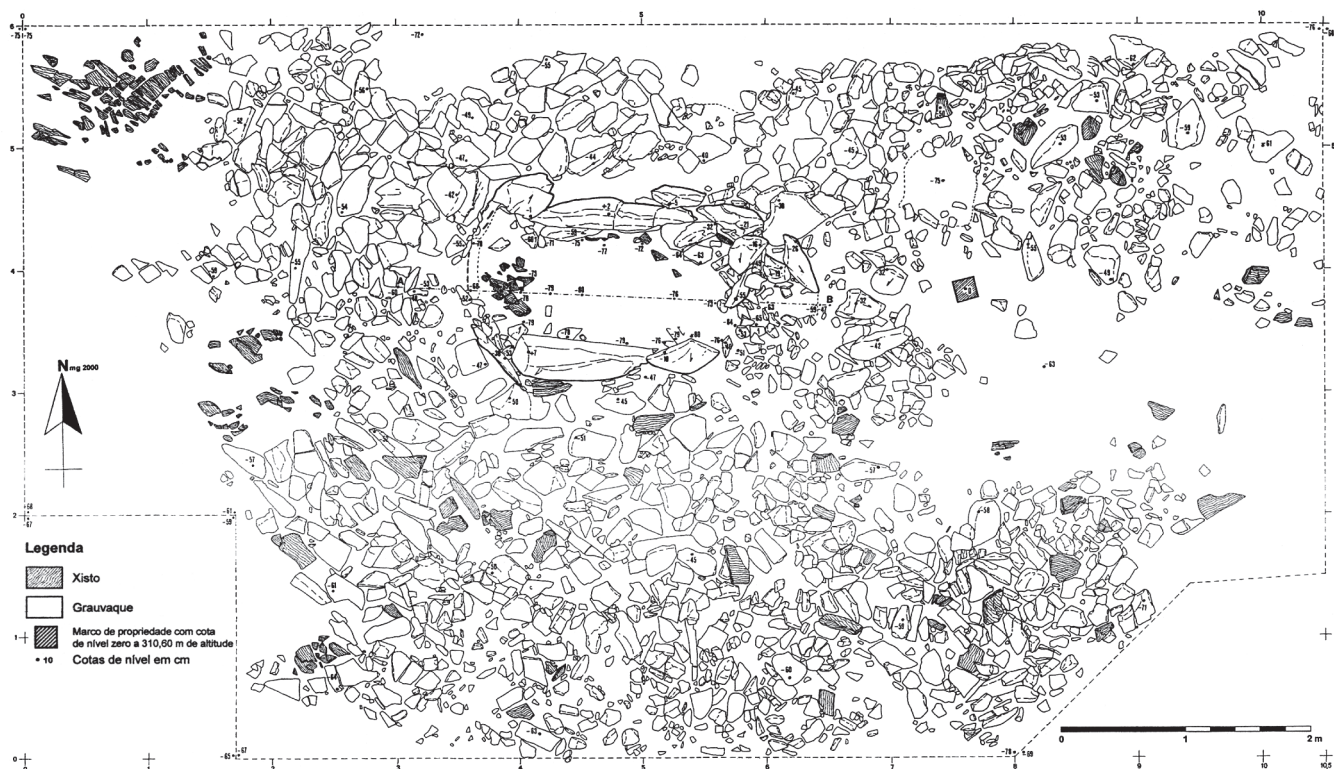
Vista geral da cista megalítica

A cista megalítica do Malhão foi alvo de uma escavação de emergência na primavera de 2000 (abril/maio), em consequência da destruição parcial do monumento, operada pela instalação da antena de telecomunicações móveis, tendo a respetiva empresa suportado parcialmente os encargos da intervenção.

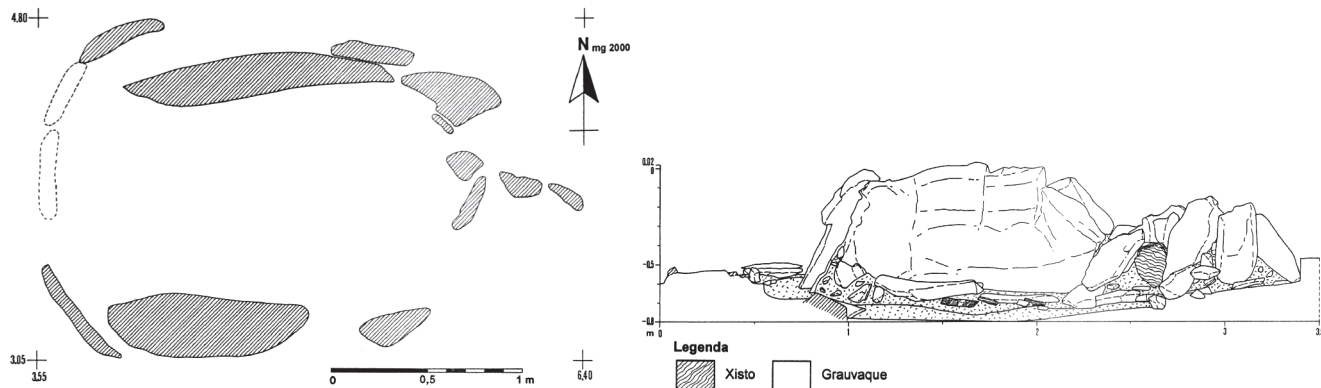
O seu modelo arquitetónico, inédito em Portugal, é constituído por um empedrado de elementos de xisto e de grauvaque que envolvem a cista sub-retangular, a qual ocupa a posição central. A respetiva caixa tumular foi construída com esteios de grauvaque, encontrando-se a parte superior sobreelevada a cerca de meio metro do lajeado. Esta particularidade aponta para a falta de *tumulus*, ou seja, a inexistência de cobertura da cista por um montículo artificial, transformando, deste modo, o monumento numa espécie de sarcófago a céu aberto, onde o lageado assumiria a dupla função de sacralizar o espaço funerário, funcionando simultaneamente como elemento protetor do sepulcro propriamente dito.

Foi a primeira cista megalítica a ser escavada no Alto Algarve oriental e terá sido destinada ao enterramento de um reduzido número de indivíduos ou mesmo para uso individual.

Esta cista foi construída com técnicas de caráter megalítico e, apesar de violada, num passado longínquo, os materiais nela descobertos apontam para um momento cronológico de transição, entre o fim do Neolítico e o Calcolítico (3500/2900 a.C.).



Planta geral da área escavada



Planta da estrutura e respetivo alçado

Peças da vitrina Cista Megalítica do Malhão

**107. Fragmento de amoladeira**

Grauvaque

Neolítico Final/ Calcolítico
– Finais do 4.º milénio/
inícios do 3.º milénio a.C.

12 x 7,1 x 3,4 cm

N.º Inventário: NMA.270

**108. Machado**

Anfibólito

Neolítico Final/ Calcolítico
– Finais do 4.º milénio/
inícios do 3.º milénio a.C.

14,5 x 5,4 x 3,6 cm

N.º Inventário: NMA.269

**109. Lasca com “encoches”**

Sílex

Neolítico Final/ Calcolítico
– Finais do 4.º milénio/
inícios do 3.º milénio a.C.

1,2 x 0,80 x 0,2 cm

N.º Inventário: NMA.268

**110. Pequeno fragmento
de placa de xisto
com vestígios
de decoração geométrica**

Xisto

Neolítico Final/ Calcolítico
– Finais do 4.º milénio/ inícios
do 3.º milénio a.C.

2,1 x 1,7 x 0,5 cm

N.º Inventário: NMA.266

**111. Ponta de seta**

Sílex

Calcolítico – Finais do 4.º
milénio/ inícios do 3.º
milénio a.C.

2,1 x 1,4 x 0,3 cm

N.º Inventário: NMA.265

2002

Tholos do Malhanito

Localização:

Trata-se de uma tholos, monumento funerário constituído por um corredor estreito, comunicando com uma câmara de planta circular, parcialmente escavada na rocha e com cobertura em falsa cúpula, implantada no ponto mais elevado do Cerro do Malhanito, na extremidade de estreito istmo delimitado pela ribeira da Foupana, a cerca de 300 m a sul da povoação do Monte da Estrada, na freguesia de Martim Longo.



O monumento:

Vista geral, de sudoeste, do monumento após a escavação de 2002



Pormenor do interior da câmara

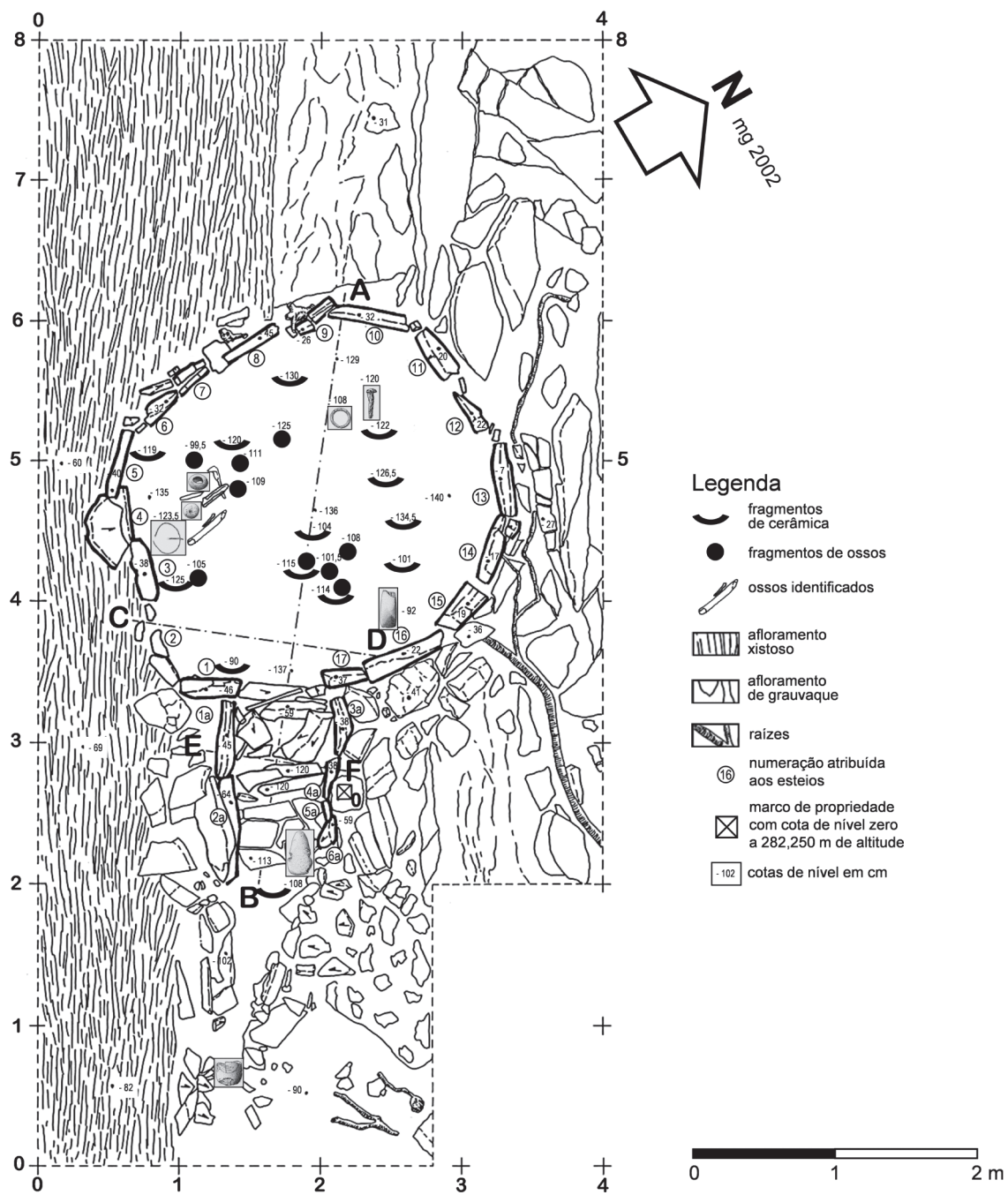
A campanha de trabalhos arqueológicos de emergência realizada em agosto de 2002 neste monumento funerário do Calcolítico (2900/2000 a.C.) foi ditada pelas ameaças (alargamento do caminho rural) que sobre ele recaíram após a sua identificação, em 1999, no decurso das prospeções no âmbito dos projetos de florestação.

A escavação desta estrutura de falsa cúpula, destinada geralmente ao sepultamento de um conjunto variável de indivíduos, permitiu constatar a importante reutilização funerária na transição entre os finais da Idade do Bronze e o início da Idade do Ferro (séculos XI a VIII a.C.), conforme indicam as características dos espólios recuperados, especialmente as produções cerâmicas.

Tais reutilizações, acompanhadas de intensos remeximentos das tumulações anteriores e dos respetivos espólios, concentraram-se apenas na câmara, com 2,5 m de diâmetro, tendo-se mantido intacto o corredor (1,40 m por 0,80 m de largura), orientado para sudeste, como é normal neste tipo de monumentos, o qual terminava num átrio, a céu aberto, mal conservado.

A entrada na câmara, aquando das reutilizações nelas observadas, deu-se forçando um dos esteios do lado sul (esteio n.º 2), que tombou para o interior, num momento em que a cobertura em falsa cúpula já se não encontrava de pé.

Mais tarde, todo o interior da câmara foi de novo revolvido, deslocando os objetos da sua posição original, mesmo os correspondentes às tumulações do Bronze Final/inícios da Idade do Ferro, ocasionando a possível perda de alguns e a intensa fragmentação dos recipientes cerâmicos.



Planta geral da área escavada com localização dos espólios exumados

Peças da vitrina Tholos do Malhanito

**112. Fíbula anular hispânica (?)**

Bronze

Idade do Ferro – séc. VI a.C. (?)

Med. Ø 5 cm

N.º Inventário: NMA.283

**113. Anel/argola**

Bronze

Idade do Bronze Final
– séc. VIII a. C.

Med. Ø 2,6 cm x 0,3 cm

N.º Inventário: NMA.292

**114. Fragmento de alfinete**

Bronze

Idade do Bronze Final
– séc. VIII a. C.

Med. Ø 0,4 cm x 2,3 cm;
Cabeça Ø 0,8 cm

N.º Inventário: NMA.293

**115. Conta**

Grauvaque

Idade do Bronze Final/
Idade do Ferro – séc. VIII/VI a.C.

Med. Ø 3 cm

N.º Inventário: NMA.286

**116. Conta de colar**

Cerâmica

Idade do Ferro – séc. VI a.C. (?)

Med. Ø 2,4 cm x 1,8 cm

N.º Inventário: NMA.284

**117. Fragmento de enxó/sacho**

Xisto

Calcolítico
3.º milénio a.C.

3 cm x 2,8 cm x 1 cm

Tholos do Malhanito

N.º Inventário: NMA.291

**118. Pequeno escopro**

Anfibolito
 Calcolítico – 3.º milénio a.C.
 Med. 5 cm x 2,2 cm x 1,8 cm
 N.º Inventário: NMA.290

**119. Ídolo antropomórfico**

Grauvaque
 Calcolítico – 3.º milénio a.C.
 6,7 cm x 3,8 cm x 1 cm
Tholos do Malhanito
 N.º Inventário: NMA.289

**120. Taça de carena alta**

Cerâmica
 Idade do Bronze Final/Idade do Ferro
 – séc. VIII/VI a.C.
 Med. Ø 12,9 cm
 N.º Inventário: NMA.287

**121. Taça de carena baixa com mamilos**

Cerâmica
 Idade do Bronze Final/Idade do Ferro
 – séc. VIII/VI a.C.
 Med. Ø 15,7 cm
 N.º Inventário: NMA.288



122. Taça de carena baixa com mamilos

Cerâmica

Idade do Bronze Final/Idade do Ferro
– séc. VIII/VI a.C.

Med. Ø 14,5 cm

N.º Inventário: NMA.294



123. Pote de carena média com mamilos

Cerâmica

Idade do Bronze Final/Idade do Ferro
– séc. VIII/VI a.C.

Med. Ø 12,3 cm e Ø 15 cm (zona da carena)

N.º Inventário: NMA.295



124. Fundo em *omphalus*

Cerâmica

Idade do Bronze Final/Idade do Ferro
– séc. VII/VI a. C.

N.º Inventário: NMA.285



Exemplo de recipiente de características possivelmente semelhantes mas de cronologia anterior (Bronze Pleno) e sem o evidente omphalus que se destaca no fragmento exposto.

2004 Anta do Malhão

Localização:

Esta anta foi construída num dos pontos mais elevados da região onde se situa, podendo-se desfrutar junto a ela de uma visão panorâmica da paisagem, de 360° em redor. Situa-se num cabeço com aproximadamente 200 m de altitude, a cerca de 1 km para sul da povoação de Afonso Vicente, na freguesia de Alcoutim. Acede-se ao monumento através da estrada municipal 507 que contorna o sopé desta elevação.



O monumento:



Vista parcial da área escavada com empedrado em 1.º plano

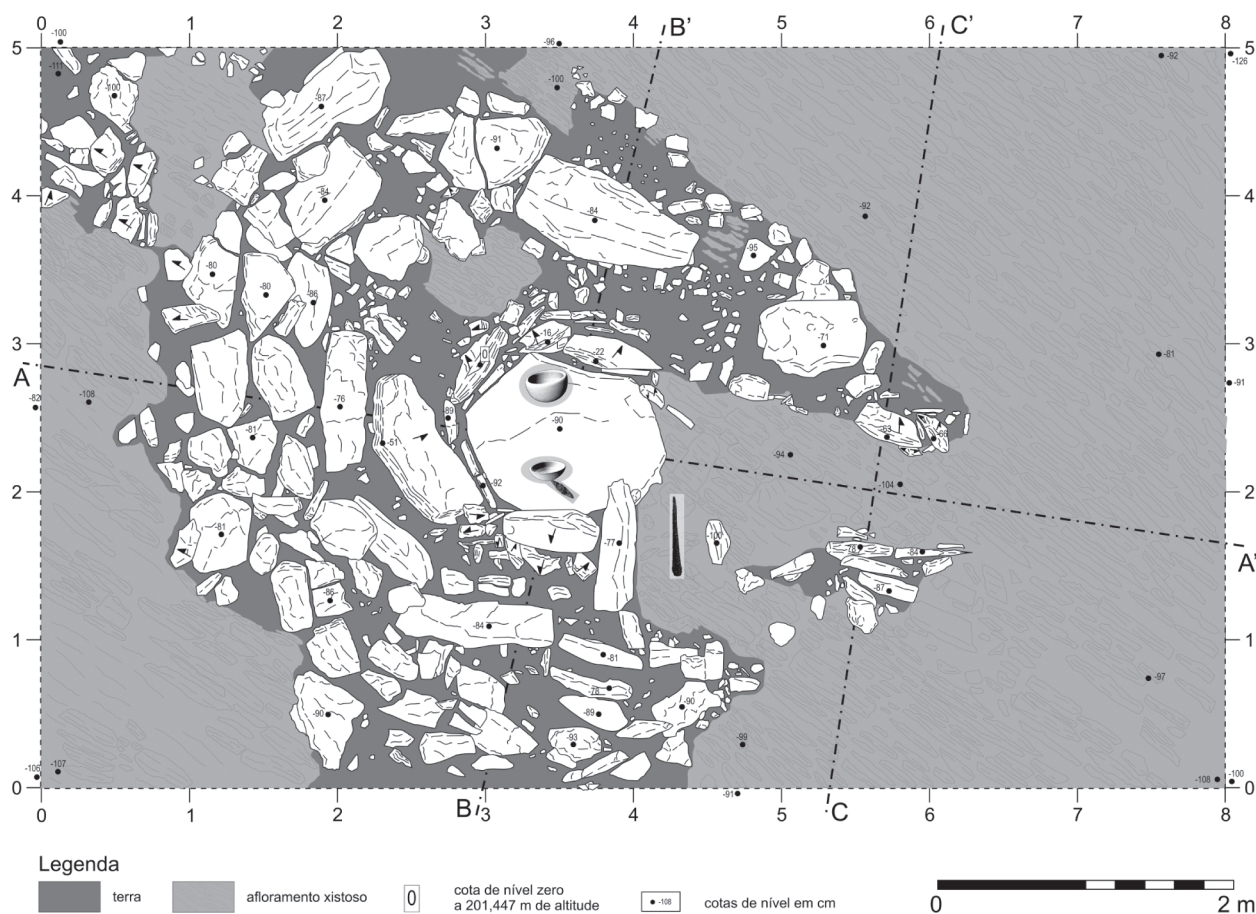


Vista geral do monumento com corredor em 1.º plano

Embora identificado em 1997, na sequência da informação de um funcionário da autarquia que, em dia de caça, reparou «nas estranhas pedras», a escavação só ocorreu sete anos mais tarde, como medida preventiva face à abertura de um caminho junto do monumento e de áreas de corta-fogo em seu redor.

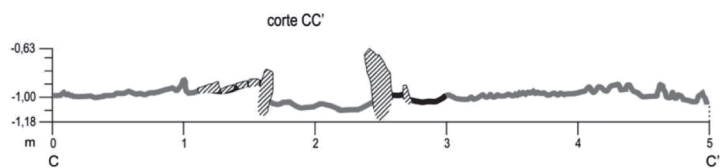
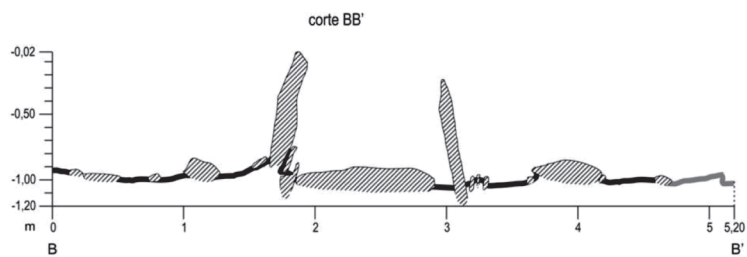
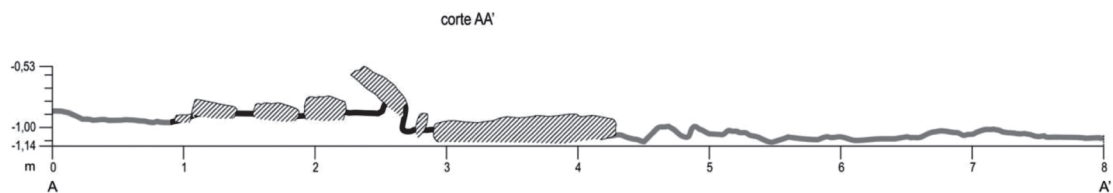
Os construtores deste pequeno monumento megalítico utilizaram lajes de grauvaque de origem local, incorporadas tanto na câmara poligonal como no corredor, este apenas esboçado, através dos dois esteios fixados verticalmente na sua entrada, encontrando-se o espaço entre esta e a câmara ocupado pelo afloramento em bruto. Trata-se, pois, de um monumento cuja construção não foi concluída, possuindo ainda uma outra característica digna de registo: a existência de uma grande laje que preenche a totalidade do chão da câmara do monumento, cuja colocação no terreno antecedeu a sua própria construção. Esta reporta-se aos finais do IV milénio a.C., tendo-se acumulado um fino sedimento amarelado e compacto, com cerca de 10 cm de espessura, antecedendo a sua primeira ocupação funerária. Esta só ocorrerá cerca de mil anos mais tarde, em finais do III milénio a.C. É então que se erige uma estela de grauvaque decorada com duas pequenas «fossetes» (cavinhas), que se encontra colocada do lado direito da entrada, no exterior do recinto. Esta estela incorpora o empedrado em forma de ferradura que circunda o exterior da câmara do monumento. A disposição cuidada que os elementos deste empedrado exibem indica que o monumento não possuía *tumulus* (cobertura), à semelhança de outros exemplos de diversas épocas, aqui apresentados.

O conjunto homogêneo de objetos recolhido no interior da câmara e do corredor encontrava-se selado, tornando-se deste modo num dos poucos espólios que, nestas circunstâncias, têm sido identificados no âmbito do «Horizonte de Ferradeira» (circunscrito à área do Baixo Alentejo, Algarve e Andaluzia Ocidental); no caso vertente, a tipologia de uma bela adaga, estreita e muito longa, evocando modelos argáricos, indica uma fase recente do referido «Horizonte», datável do último quartel do III milénio a.C. (2250/2000 a.C.).



Planta geral da área escavada com localização dos cortes e dos espólios exumados

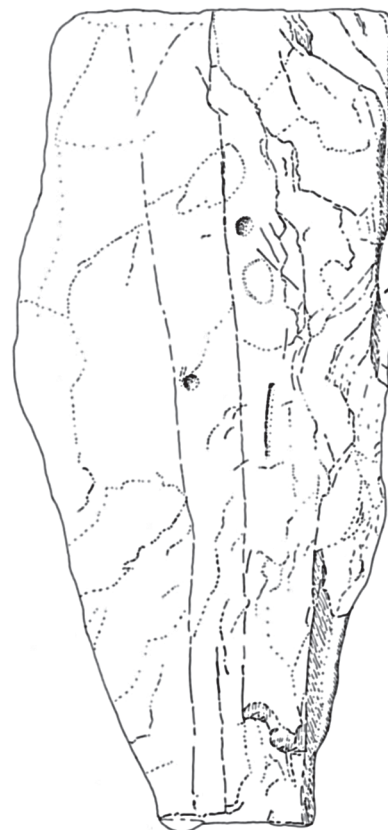
Anta do Malhão (Afonso Vicente, Alcoutim)
2004



Cortes longitudinais do monumento

Legenda

- terra
- aflorento xistoso



Pormenor da estela encontrada
do lado direito do monumento

Peças da vitrina Anta do Malhão

**125. Punhal**

Cobre

Calcolítico Final (último quartel
III milénio a.C.)

Med. 26,5 cm x 3,5 cm x 0,5 cm

N.º Inventário: NMA.182

**126. Ponta Palmela**

Cobre

Calcolítico Final (último quartel
III milénio a.C.)

Med. 6,7 cm x 1,5 cm x 0,4 cm

N.º Inventário: NMA.183

**127. Taça em calote**

Cerâmica

Calcolítico Final (último quartel III milénio a.C.)

Med. Alt. 5,1 cm; Ø 12 cm;
Esp. 0,6 cm (bordo) e 0,8 cm (fundo).

N.º Inventário: NMA.174

**128. Vaso de carena alta**

Cerâmica

Calcolítico Final (último quartel III milénio a.C.)

Med. Ø 17 cm; Alt. 12,8 cm

N.º Inventário: NMA.175

2005 Necrópole das Soalheironas

Localização:

A mais extensa necrópole da Idade do Bronze do Algarve explorada até ao presente foi identificada na parte norte da freguesia de Alcoutim, a pouco mais de 500 m do rio Guadiana. Localiza-se no Cerro das Soalheironas, a cerca de 2 km das localidades do Monte Vascão e das Cortes Pereiras, para sudeste da primeira e para nordeste da segunda.



A necrópole:



A necrópole vista do lado ocidental durante os trabalhos arqueológicos.



Vista geral da necrópole com o rio Guadiana

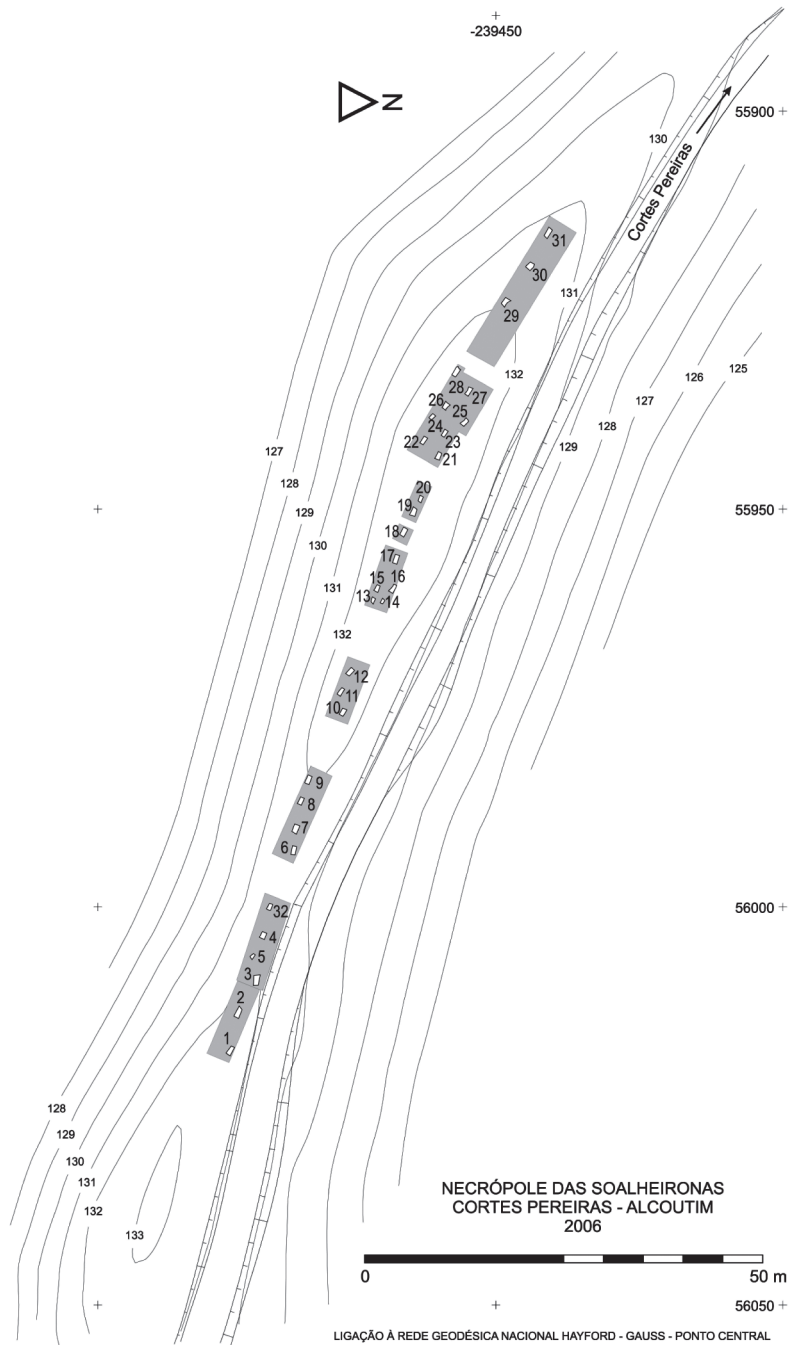
O sítio arqueológico era já conhecido há alguns anos, quando um projeto de florestação e o respetivo acesso colocaram em iminente risco o património arqueológico ali existente. A escavação preventiva, executada em setembro de 2005, procurou colmatar esta ameaça.

A necrópole, utilizada durante algumas décadas na Idade do Bronze, é constituída por 32 sepulturas que se sucedem de forma alinhada e está orientada na direcção ESE-WNW, ao longo de 113 metros na cumeada de um cerro estreito e alongado, composto por alternâncias rítmicas de xistos e grauvaques. Trata-se, pois, de um excelente exemplo de como a topografia do terreno condicionou o desenvolvimento da própria necrópole no terreno.

Todas as sepulturas assumem carácter individual, como é usual neste tipo de necrópoles, e a sua forma mais comum corresponde a cistas de planta retangular, definidas por quatro ou mais esteios de xisto fixados verticalmente, formando uma caixa coberta, por sua vez, por uma ou mais lajes, das quais nenhuma se conservava aquando da escavação.

A necrópole encontra-se organizada em 6 núcleos sepulcrais, constituídos por um número variável de sepulturas (dois grupos com 3 sepulturas, dois grupos com 8, um com 4 e outro com 6), podendo corresponder a conjuntos de carácter familiar, associados à sua importância social. Nesta hipótese, as linhagens mais importantes no seio desta pequena comunidade concentrar-se-iam na zona com maior destaque e visibilidade da necrópole, correspondente aos dois primeiros núcleos localizados no lado mais oriental da crista rochosa. Este é igualmente o espaço onde foram encontrados 11 dos 15 objetos que a necrópole possuía. Outra possibilidade é a sucessão dos referidos núcleos revelar, tão-somente, o empobrecimento gradual da comunidade, partindo do princípio, lógico, de que os primeiros enterramentos se efetuaram na parte mais proeminente do cerro. Poderemos ainda considerar outra alternativa, associada ao progressivo desuso da prática das oferendas fúnebres.

As oferendas fúnebres são comuns nos enterramentos individuais deste período e apenas ocorriam em cerca de um terço das sepulturas exploradas. A tipologia dos 13 recipientes cerâmicos e dos 2 artefactos de cobre exumados, a par das características arquitetónicas das sepulturas, inscrevem esta necrópole no Bronze do Sudoeste (2000-1300/1200 a.C.).



Planta geral da necrópole com indicação das sepulturas que a integram

Peças da vitrina Necrópole das Soalheironas



129. Vaso globular de colo alto

Cerâmica

Bronze do Sudoeste (2000 - 1300/1200 a.C.)

Sep. 7 Necrópole Soalheironas

Med. Ø 16,5 cm; Alt. 20,5 cm

N.º Inventário: NMA.264



130. Vaso de carena média

Cerâmica

Bronze do Sudoeste (2000 - 1300/1200 a.C.)

Sep. 7 Necrópole Soalheironas

Med. Ø 11,5 cm; Alt. 6 cm

N.º Inventário: NMA.262



131. Vaso globular baixo

Cerâmica

Bronze do Sudoeste (2000 - 1300/1200 a.C.)

Sep. 28 Necrópole Soalheironas

Med. Ø 14 cm; Alt. 7 cm

N.º Inventário: NMA.259



132. Vaso de carena média

Cerâmica

Bronze do Sudoeste (2000 - 1300/1200 a.C.)

Sep. 6 Necrópole Soalheironas

Med. Ø 13 cm; Alt. 6,5 cm

N.º Inventário: NMA.263



133. Taça de carena baixa

Cerâmica

Bronze do Sudoeste (2000 - 1300/1200 a.C.)

Sep. 6 Necrópole Soalheironas

Med. Ø 10 cm; Alt. 4,5 cm

N.º Inventário: NMA.258



134. Taça de carena baixa

Cerâmica

Bronze do Sudoeste (2000 - 1300/1200 a.C.)

Sep. 24 Necrópole Soalheironas

Med. Ø 12 cm; Alt. 4,9 cm

N.º Inventário: NMA.257



135. Taça de carena baixa

Cerâmica

Bronze do Sudoeste (2000 - 1300/1200 a.C.)

Sep. 10 Necrópole Soalheironas

Med. Ø 16 cm; Alt. 6 cm

N.º Inventário: NMA.261



136. Vaso de carena média

Cerâmica

Bronze do Sudoeste (2000 - 1300/1200 a.C.)

Sep. 1 Necrópole Soalheironas

Med. Ø 15 cm

N.º Inventário: NMA.256



137. Vaso de carena média

Cerâmica

Bronze do Sudoeste (2000 - 1300/1200 a.C.)

Sep. 4 Necrópole Soalheironas

Med. Ø 16 cm; Alt. 6,5 cm

N.º Inventário: NMA.255



138. Taça de carena baixa

Cerâmica

Bronze do Sudoeste (2000 - 1300/1200 a.C.)

Sep. 4 Necrópole Soalheironas

Med. Ø 10,8 cm; Alt. 3,9 cm

N.º Inventário: NMA.260

**139. Punhal**

Bronze

Bronze do Sudoeste (2000 - 1300/1200 a.C.)

Sep. 4 Necrópole Soalheironas

Med. 11,6 x 3,8 x 0,4 cm

N.º Inventário: NMA.296

**140. Ponta de seta**

Cobre

Bronze do Sudoeste (2000 - 1300/1200 a.C.)

Sep. 1 Necrópole Soalheironas

Med. 4,2 x 1,2 x 0,2 cm

N.º Inventário: NMA.297

2003/2004 e 2009 Necrópole do Cabeço da Vaca I e II

Localização:

Os dois núcleos que constituem a necrópole da Idade do Ferro foram identificados na parte superior de uma cumeada alongada, denominada Cabeço da Vaca. O local situa-se cerca de 1 km a este da aldeia de Giões, que é sede de freguesia.



A necrópole:



Vista geral do núcleo I da necrópole



Vista geral do núcleo II da necrópole

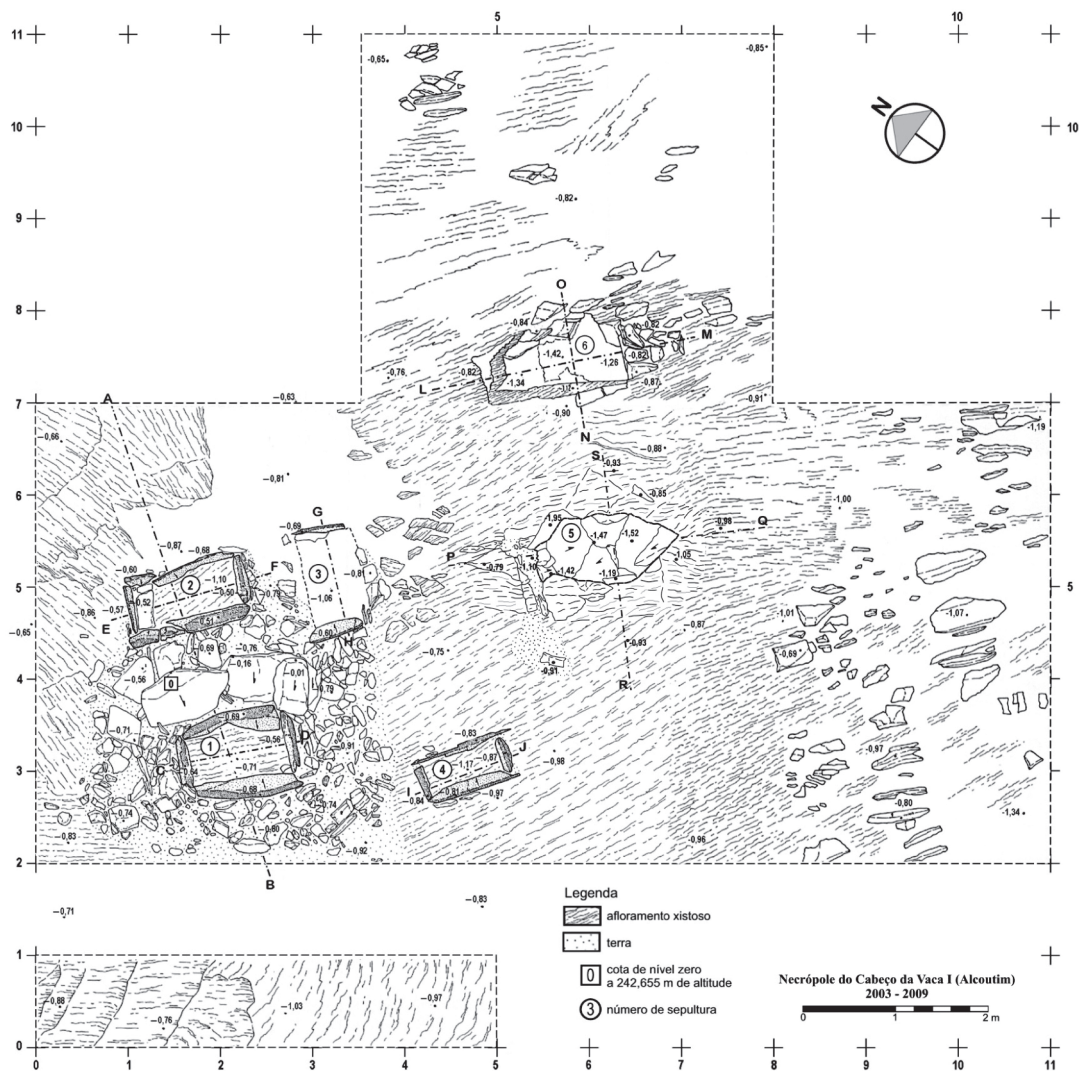
Os dois núcleos que constituem a necrópole foram descobertos em 1999 durante as ações de prospeção no âmbito dos projetos de reflorestação. Nesse processo, e como medida preventiva, criaram-se duas áreas de salvaguarda em torno dos mesmos.

Em 2003, face à necessidade da criação de áreas de corta-fogos e de um caminho de acesso à propriedade, encetaram-se trabalhos arqueológicos de emergência, que se desenvolveram no ano seguinte, concluindo-se em 2009, com uma última e pontual intervenção.

O primeiro núcleo, localizado mais próximo da aldeia e distando apenas 250 m do segundo, é constituído por seis sepulturas construídas de forma distinta e numa sequência temporal de algumas dezenas de anos, entre os séculos VI e V a.C. Com efeito, a escavação aqui realizada permitiu concluir que o espaço escolhido para cemitério de uma pequena comunidade rural que habitaria nas imediações, durante a Idade do Ferro, tinha sido local de habitação, cerca de mil anos antes, num período que se inscreve no Bronze do Sudoeste (2000 - 1300/1200 a.C.).

A cerca de 250 m para este destas seis sepulturas, foi erigida uma única sepultura de tipo cista. No seu interior já violado, mas não completamente, recolheu-se um raro e excecional punhal de ferro, com guarda de prata no encabamento e reportável ao século VI a.C., ou seja, à fase mais antiga da necrópole.

Supõe-se que, quer pela sua posição de destaque no terreno, onde domina visualmente o outro núcleo da necrópole, quer pela sua arquitetura imponente composta por caixa tumular quadrangular de maior dimensão circundada por um empedrado que lhe confere maior monumentalidade (cuja finalidade poderia ser idêntica à do identificado na Cista do Cerro do Malhão), possa ter pertencido a um elemento de elite guerreira da referida comunidade.



Planta geral da necrópole com indicação das sepulturas que integram o núcleo I

Peças da vitrina Necrópole do Cabeço da Vaca I e II



141. e 142. Pontas de Lança

Ferro

Idade do Ferro – séculos VI / V a.C.

51,5 cm Ø 3,2 cm e 50 cm Ø 4,1 cm

Sepultura 6 Necrópole do Cabeço da Vaca – núcleo I

N.º Inventário: NMA.180 / NMA.181



143. Punhal com guarda de prata

Ferro e Prata

Idade do Ferro – séc. VI/V a.C.

Comp. Máx. 28 cm / Lâmina 26,5 x 3,5 x 1,8 cm

Necrópole do Cabeço da Vaca – núcleo II

N.º Inventário: NMA.179



144. Fragmento de movente, com indícios de utilização como percutor

Seixo de grauvaque
Idade do Bronze (?)
8 x 7,5 x 3,5 cm
Necrópole do Cabeço da Vaca I
N.º Inventário: NMA.274



145. Brunidor de cerâmica

Seixo de xisto
Idade do Bronze (?)
6 x 2,4 x 0,7 cm
Necrópole do Cabeço da Vaca I
N.º Inventário: NMA.272



146. Fragmento de alisador

Seixo de xisto
Idade do Bronze (?)
3,8 x 2 x 0,7 cm
Sep. 1 Necrópole do Cabeço da Vaca I
N.º Inventário: NMA.271



147. Pingente de cornalina em forma de bago de romã

Cornalina
Idade do Ferro – séc. VI/V a.C.
1,1 x 0,7 x 0,5 cm
Sep. 1 Necrópole do Cabeço da Vaca I
N.º Inventário: NMA.281

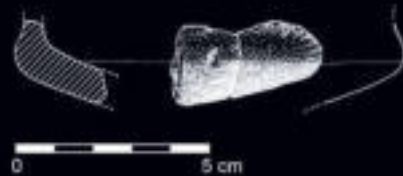


148. Núcleo de lamelas (?)

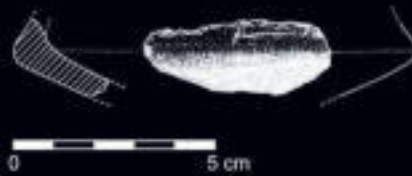
Cristal de quartzo leitoso
Idade do Bronze (?)
1,7 x 1,2 x 0,7 cm
Necrópole do Cabeço da Vaca I
N.º Inventário: NMA.273

**149. Fragmento de cerâmica**

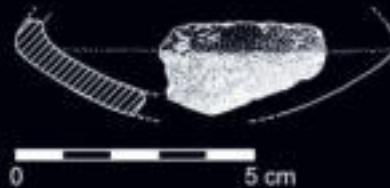
Cerâmica
Idade do Bronze (?)
4,5 x 3 cm
Exterior da Sep. 4 Necrópole
do Cabeço da Vaca I
N.º Inventário: NMA.277

**150. Fragmento de cerâmica**

Cerâmica
Idade do Bronze (?)
4,7 x 2,5 cm
Necrópole do Cabeço da Vaca I
N.º Inventário: NMA.276

**151. Fragmento de cerâmica**

Cerâmica
Idade do Bronze (?)
3,7 x 3,2 cm
Necrópole do Cabeço da Vaca I
N.º Inventário: NMA.275





152. Fragmento de cerâmica

Cerâmica

Idade do Bronze (?)

3 x 3 cm

Necrópole do Cabeço da Vaca I

N.º Inventário: NMA.278



153. Fragmento de cerâmica

Cerâmica

Idade do Bronze (?)

2,5 x 2 cm

Necrópole do Cabeço da Vaca I

N.º Inventário: NMA.298



2006/2007 Barragem do Álamo

Localização:

A represa de água edificada em período romano localiza-se a 11 km para Sul de Alcoutim, à entrada da povoação do Álamo, para quem se desloca de norte para sul.



O monumento:



Vista de norte da barragem em 2007

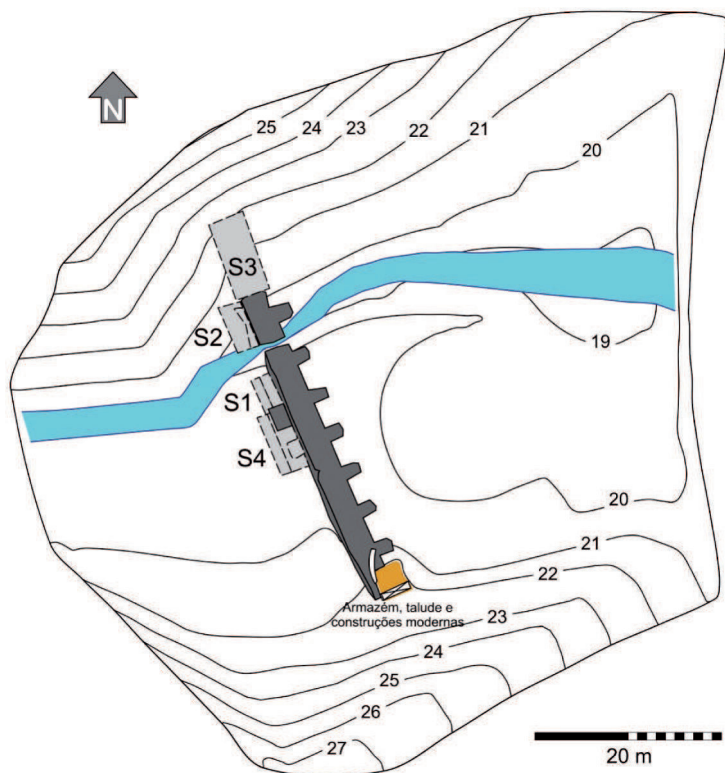
Entre 2006 e 2007, realizaram-se trabalhos arqueológicos no âmbito do projeto de valorização deste importante empreendimento hidráulico da época romana. Estes ocorreram 129 anos após os primeiros registos gráficos realizados em 1877 pelo arqueólogo algarvio Estácio da Veiga, com a ajuda de A. de Serpa.

Os trabalhos arqueológicos realizados junto ao paramento de montante da barragem permitiram evidenciar a assinalável altura da obra, atualmente em boa parte enterrada nos sedimentos acumulados no fundo da antiga albufeira. Os vestígios continham diversos espólios cerâmicos, cuja caracterização tipológica, atualmente em curso, irá contribuir para o conhecimento da cronologia da sua edificação, bem como da duração do seu funcionamento. Neste aspeto, importa sublinhar que será o primeiro trabalho desta índole realizado em Portugal.

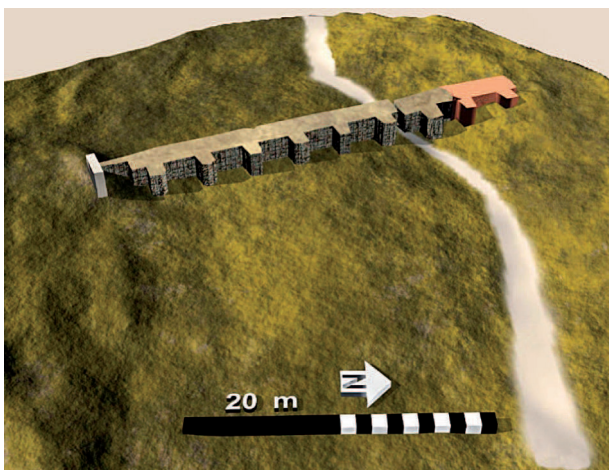
A existência desta barragem encontrava-se associada a uma *villa* com a respetiva necrópole, existente nas imediações, a jusante, também assinalada por Estácio da Veiga, e destinar-se-ia essencialmente à irrigação e, eventualmente, ao abastecimento doméstico.

A barragem consiste num muro de planta retilínea com o comprimento de cerca de 40 m, e cuja altura seria superior a 8 m (tendo em consideração a profundidade atingida nas sondagens realizadas em 2006/2007). A espessura é de 2,80 m, sendo reforçada por 7 contrafortes visíveis com 1,5 m de comprimento, do lado de jusante. Do lado norte, na continuidade de um curto troço, com um contraforte, que se separou e basculou por falta de apoio na fundação, identificou-se o respetivo encontro com a encosta, o qual também se desconhecia. O afastamento dos contrafortes é de cerca de 3 m. Toda a construção, incluindo os contrafortes, foi executada em alvenaria de blocos argamassados de grauvaque, dispostos em camadas horizontais (*opus incertum*).

Esta barragem permitia armazenar cerca de 2100 m³ de água proveniente do Barranco da Fornalha e a sua albufeira atingiria os 90 m de comprimento.



Planta geral da barragem com localização das áreas intervencionadas em 2006/2007



Reconstituição 3D da barragem, vista de jusante



Reconstituição 3D da barragem, vista de montante, com indicação das sondagens arqueológicas

Estátua de Apolo



1ª. Réplica da estátua de Apolo

(coleção do MNA – Inv. 994.34.1)

Mármore branco

Álamo

Meados do séc. II,
Época de Adriano
ou Antonino Pio

Acervo do Museu Nacional
de Arqueologia

Foto de José Pessoa



Desenho
de Estácio da Veiga
no séc. XIX.

Arquivo do Museu
Nacional de Arqueologia.

Réplica da estátua de mármore branco, executada pela Inodec. O original, existente no Museu Nacional de Arqueologia, é proveniente do Álamo e integra um conjunto de objetos exumados no local por Estácio da Veiga, durante as escavações de 1877. Representa a figura masculina do jovem deus Apolo, deus da cultura e sabedoria, símbolo de harmonia e perfeição. Era igualmente protetor dos pastores. O seu culto prende-se sobretudo com a sua associação à plenitude da luz. O mundo a que preside oferece contornos precisos e conjuntos claramente ordenados. Apolo está ligado ao antagonismo entre o pleno e o impuro. Está muitas vezes associado à função catártica e ainda às virtudes curandeiras.

A peça fragmentada em vários lados e incompleta já sofreu um restauro na perna esquerda. Como estátua de divindade clássica e segundo um estudo realizado pelo Museu Nacional de Arqueologia, trata-se de uma das de maior dimensão em Portugal. Insere-se no conjunto das estátuas ecléticas e é um trabalho oficial, tendo por base um modelo cujas cópias foram difundidas por todo o império. Recentemente, em julho de 2006, a peça foi classificada como «**Bem de Interesse Nacional**».

Estações arqueológicas visitáveis no concelho de Alcoutim.



FICHA TÉCNICA

Exposição

COORDENAÇÃO

Câmara Municipal de Alcútem

PROJECTO MUSEOGRÁFICO

Alexandra Gradim (C.M.A.), Nerve atelier de design e Renato Bispo

TEXTOS

Alexandra Gradim (C.M.A.)

TEXTOS DO CASTELO VELHO E CASTELO DE ALCOUTIM

Helena Catarino

DESIGN GRÁFICO E DE EQUIPAMENTOS

Nerve atelier de design

FOTOGRAFIA

Alexandra Gradim (C.M.A.), João Luís Cardoso, Helena Catarino, Lúcio Alves, José Pessoa, Carlos Monteiro, Hélder Oliveira e Nerve atelier de design

TRATAMENTO E RESTAURO DOS MATERIAIS

Coordenação: Manuela da Palma (C.M.A.),

Colaboradores: Fernando Dias (C.M.A.), Rebeca Martin Diez, Carlos Barão (C.M.A.) e Lígia Rafael (C.M.M.)

EXECUÇÃO E MONTAGEM

Nerve atelier de design

Serralharia: José Manuel da Palma Pereira (C.M.A.) e Jorge Gonçalves (C.M.A.)

Carpintaria: Sérgio Guerreiro (C.M.A.) e Anastácio Rodrigues (C.M.A.)

AGRADECIMENTOS

João Luís Cardoso (U.A.), Justino Maciel (U.N.L.), Helena Catarino (U.C.), Mendes Victor Martins (M.M.), Filipe Teixeira (C.M.P.) e Lígia Rafael (C.M.M.)

Guia

TEXTOS

Alexandra Gradim

João Luís Cardoso

Helena Catarino (Textos do Castelo Velho e do Castelo de Alcoutim)

DESIGN GRÁFICO

Nerve atelier de design

FOTOGRAFIA

Alexandra Gradim

Carlos Monteiro

Helena Catarino

Hélder Oliveira

José Pessoa

Lúcio Alves

Nerve atelier de design

DESENHOS E RECONSTITUIÇÃO 3D

Bernardo Lam

TRADUÇÃO

Impokulis

REVISÃO DE TRADUÇÃO

Onoma, Gabinete de Traduções Lda.

IMPRESSÃO

Textype

N.º DE EXEMPLARES

100

DEPÓSITO LEGAL

341 532/12

ISBN

978-989-96911-6-2

EDIÇÃO

Câmara Municipal de Alcoutim, 2011

Copyright dos Autores é da Câmara Municipal de Alcoutim (para a 1.^a edição). Toda e qualquer reprodução do texto e imagem é interdita, sem prévia autorização escrita dos Autores e da Câmara Municipal de Alcoutim, nos termos da Lei vigente, nomeadamente o Código do Direito de Autor e Direitos conexos.

